UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA

NÁRA BONINSEGNA DA NOBREGA

O CORTIÇO, DE ALUÍSIO AZEVEDO: DETERMINISMO E REGIONALIDADE

CAXIAS DO SUL
2019

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA

NÁRA BONINSEGNA DA NOBREGA

O CORTIÇO, DE ALUÍSIO AZEVEDO: DETERMINISMO E REGIONALIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras e Cultura, pela Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. João Claudio Arendt

CAXIAS DO SUL
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

N754c Nobrega, Nára Boninsegna da
O cortiço, de Aluísio Azevedo : determinismo e regionalidade / Nára Boninsegna da Nobrega. – 2019.
79 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2019.
Orientação: João Claudio Arendt.

1. Literatura brasileira - Crítica e interpretação. 2. Naturalismo na literatura. 3. Determinismo (Filosofia). 4. Azevedo, Aluísio, 1857-1913. I. Arendt, João Claudio, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 821.134.3(81).09

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Paula Fernanda Fedatto Leal - CRB 10/2291

O cortiço *de Aluísio de Azevedo: determinismo e regionalidade*

Nára Boninsegna da Nobrega

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Literatura e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 17 de setembro de 2018.

Banca Examinadora:

Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Douglas Ceccagno
Universidade de Caxias do Sul

Dr. João Claudio Arendt
Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Marinês Andrea Kunz
Universidade Feevale

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre me incentivou a lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Caxias do Sul, pela oportunidade de fazer parte de seu quadro discente.

Ao meu orientador, João Claudio Arendt, por sua ética, profissionalismo e sabedoria.

À professora Heloísa Feltes, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, e aos demais professores, especialmente aos que fazem parte do Colegiado, por todo o apreço e o aprendizado.

Ao meu marido Fernando, pela paciência, pelo companheirismo e por seu inesgotável apoio.

Aos meus filhos, ao meu pai e às minhas irmãs, por todo o carinho e incentivo.

Ao Bruno e ao Felipe, pelo incansável apoio, pela sensatez, pela amizade e pelo companheirismo.

À Daniela e à Larissa, por toda ajuda e atenção dispensadas durante esse período.

A todos os colegas, pelos bons momentos e pelas trocas de conhecimentos, que tornaram o percurso mais leve.

Tudo mais, que aprendemos de ouvido ou que aprendemos nos livros, se evapora com o tempo e desaparece; só essas lições, que nos entraram pelos olhos e nos espalharam n'alma as suas raízes, só essas conservaremos por tôda a vida e levaremos conosco para a sepultura.

Aluísio Azevedo

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as representações da regionalidade e do determinismo na obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Procura-se saber quais são os aspectos referentes ao determinismo racial, do meio, do momento histórico e à regionalidade presentes na obra. Assim, tem-se como objetivo analisar como esses determinismos e a(s) regionalidade(s) foram representados e se entrelaçam no romance. Sabe-se que o autor, principal representante da escola literária do Naturalismo no Brasil, imprimiu em seu projeto artístico muito das concepções cientificistas tão em voga quando de sua atuação, no último quartel do século XIX. Além disso, o romance analisado, lançado em 1890, representa e foi produzido durante uma época de efervescência social, em que se discutiam pesadamente, no Brasil, temas como a abolição da escravidão (que ocorrera em 1888), a igualdade ou a diferença entre os perfis étnico-raciais. Foi a época das teorias do determinismo, que tiveram em Silvio Romero e Nina Rodrigues fortes vozes de consonância. Os cortiços foram se tornando cada vez mais comuns, acelerados pelo crescente fluxo de imigrantes, pelo aumento no número de alforrias, pelos negros fugidos, que eram abrigados nessas habitações, além de servirem de moradia para aqueles com baixa renda ou nenhuma. Eram espaços sociais tomados pela miscigenação, objeto de debates entre os intelectuais brasileiros para explicar a formação do povo brasileiro, baseados em critérios raciais e apoiados nas correntes cientificistas do período. Ademais, esses agrupamentos urbanos são a origem das favelas que se desenvolveram nas cidades e regiões brasileiras; por isso, este trabalho também se debruça sobre recentes discussões teóricas a respeito de região e regionalidade, uma vez que o cortiço de Aluísio Azevedo, embora assumidamente tenha buscado representar todo o Brasil, claramente tem traços específicos de nações, etnias e momentos históricos específicos – regionalidades.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo. *O cortiço*. Naturalismo. Determinismo. Regionalidade.

ABSTRACT

This thesis aims at analyzing the novel *O cortiço*, by Brazilian writer Aluísio Azevedo, based on the concepts of Regionality and Determinism. The objective is to relate considerations on racial determinism, environment, history and regionality present in the work. The analysis seeks to establish how the nineteenth century's deterministic concepts and the regionalities were represented and connected in the plot of the novel. It is known that the author, who was the main representative of the literary school of Naturalism in Brazil, imprinted on his artistic project much of the scientific conceptions in vogue in the last quarter of the nineteenth century. In addition, the novel, published in 1890, represents and was produced during an era of social change in Brazil, in which many important debates occurred, such as the abolition of slavery (which occurred in 1888), equality and the scientific differences between ethnic-racial profiles. It was the age of theories like Determinism, which was developed in Brazil by intellectuals such as Silvio Romero and Nina Rodrigues. The type of slums that named the novel in Portuguese became increasingly common due to the crescent number of freed and fleeing slaves in the late nineteenth century. Such areas also provided housing to people who did not afford to live elsewhere, regardless of the race. They were social spaces formed by miscegenation, something that was heavily debated among scientists regarding the development of the Brazilian population, especially based on racial criteria and scientific thoughts of the nineteenth century. In addition, these urban groupings were the birthplace of modern Brazilian slums, cities and regions; Thus, this work also deals with recent theoretical discussions about region and regionality, since Aluísio Azevedo's fictional slum, although admittedly seeking to represent all of Brazil, clearly has specific traits of nations, ethnic groups and historical moments – regionalities.

Keywords: Aluísio Azevedo. *O cortiço*. Naturalism. Determinism. Regionality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número total de imigrantes no Brasil entre 1884 e 1900. 22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 O BRASIL NO CONTEXTO ABOLICIONISTA 17

2.1 DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX 18

2.2 O DETERMINISMO RACIAL NO BRASIL 27

3 O NATURALISMO E *O CORTIÇO* 37

3.1 O NATURALISMO 38

3.2 *O CORTIÇO*: A OBRA E SEU CONTEXTO 41

4 REGIÃO E REGIONALIDADE(S) EM *O CORTIÇO* 47

4.1 REGIONALIDADES CULTURAIS 47

4.2 DETERMINISMO E REGIONALIDADES NO CORTIÇO E NO SOBRADO 51

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69

REFERÊNCIAS 72

ANEXOS 77

ANEXO A 78

ANEXO B 79

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa à análise do livro *O cortiço*, de Aluísio Azevedo[1], lançado em 1890[2]. As aglomerações de indivíduos e aquilo que as envolve estão representados nessa obra literária, objeto desta pesquisa, sendo o cortiço, além de personagem atuante, o espaço onde os protagonistas movem-se guiados pelos instintos, pelo meio e pela hereditariedade, determinando sua trajetória de vida. Nesse sentido, este estudo analisa as representações culturais e históricas, com foco na regionalidade e no determinismo, na narrativa de Azevedo.

Dadas as condições habitacionais apresentadas por meio do cortiço, examinam-se os contextos social, histórico e racial das classes brasileiras populares, presentes nos últimos anos do século XIX. Parte-se da premissa de que as camadas menos favorecidas apresentadas ficcionalmente, por meio das habitações populares, relacionam-se com o desenvolvimento social, político e econômico no Brasil daquele período, constituindo um quadro verossímil de reflexão e denúncia das questões sociais que contribuíram para a formação da cidade e do cortiço.

Nessa época, o processo de modernização iniciava-se, inspirado nas grandes metrópoles europeias, sinônimo de desenvolvimento, o que levou os moradores, pobres em sua maioria, dos cortiços para o alto dos morros. A nação precisava mostrar, frente aos outros países, uma imagem moderna, industrializada e civilizada. Os cortiços, em nome dessa modernização, desaparecem no início do século XX, dando lugar, entre outras coisas, a grandes e largas avenidas, ao gosto parisiense. Nesse momento, a grande massa, formada principalmente por

---

[1] "Aluísio Azevedo (Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo), caricaturista, jornalista, romancista e diplomata, nasceu em São Luís, MA, em 14 de abril de 1857, e faleceu em Buenos Aires, Argentina, em 21 de janeiro de 1913. [...] Da infância à adolescência, Aluísio estudou em São Luís e trabalhou como caixeiro e guarda-livros. Desde cedo revelou grande interesse pelo desenho e pela pintura, o que certamente o auxiliou na aquisição da técnica que empregará mais tarde ao caracterizar os personagens de seus romances. Em 1876, embarcou para o Rio de Janeiro, onde já se encontrava o irmão mais velho, Artur. Matriculou-se na Imperial Academia de Belas Artes, hoje Escola Nacional de Belas Artes. Para manter-se fazia caricaturas para os jornais da época, como *O Fígaro*, *O Mequetrefe*, *Zig-Zag* e *A Semana Ilustrada*. A partir desses "bonecos", que conservava sobre a mesa de trabalho, escrevia cenas de romances. A morte do pai, em 1878, obrigou-o a voltar a São Luís, para tomar conta da família. Ali começou a carreira de escritor, com a publicação, em 1879, do romance *Uma lágrima de mulher*, típico dramalhão romântico. Ajuda a lançar e colabora com o jornal anticlerical *O Pensador*, que defendia a abolição da escravatura, enquanto os padres mostravam-se contrários a ela. [...] Quase todos os jornais da época tinham folhetins, e foi num deles que Aluísio passou a publicar seus romances. A princípio, eram obras menores, escritas apenas para garantir a sua sobrevivência. Depois, surgiu nova preocupação no universo de Aluísio: a observação e análise dos agrupamentos humanos, a degradação das casas de pensão e sua exploração pelo imigrante, principalmente o português. Dessa preocupação resultariam duas de suas melhores obras: *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890). De 1882 a 1895 escreveu sem interrupção romances, contos e crônicas, além de peças de teatro em colaboração com Artur de Azevedo e Emílio Rouède [...]". Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>. Acesso em: 10 jan. 2017. Para biodata do autor, verificar Anexo A.

[2] Para capa original da obra, verificar Anexo B.

negros ex-escravos, subia o morro e construía seus barracos com bambu, barro e zinco, dando origem às moradias hoje conhecidas como favelas.

O cortiço "Estalagem São Romão", na obra *O cortiço*, fora construído por um português avarento, que tinha como principal meta na vida a riqueza e a alcunha de Barão. Após a morte de seu empregador, herda a venda e o terreno no subúrbio de Botafogo, à beira de um morro. Amasia-se com uma negra fugida, Bertoleza, dona de uma quitanda, que trabalha para ele como uma "burra de carga". Aos poucos, começa a construir um conjunto de casinhas de baixo custo, onde abriga portugueses, mestiços e negros.

Aluísio Azevedo, por meio da ficção, fornece um painel da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em um momento de profunda transformação social, cultural e econômica. As novas teorias cientificistas e filosóficas, como o Determinismo, o Evolucionismo e o Positivismo, chegavam ao Brasil, influenciando a maneira de interpretar a realidade brasileira, ou seja, modificando os conceitos literários e sociais da época. Os grupos sociais marginalizados, até então sem representação na literatura, são ilustrados por meio da influência do meio e da força dos instintos, o que determina o comportamento de alguns personagens, representados como brutos e primitivos, seguindo os princípios cientificistas.

Apresenta-se, dessa forma, o seguinte problema de pesquisa: quais aspectos referentes ao determinismo racial, do meio e do momento histórico e à regionalidade estão presentes na obra naturalista *O cortiço*, de Aluísio Azevedo?

A partir disso, o objetivo geral desta dissertação é analisar como esses determinismos e a(s) regionalidade(s) são representados e se entrelaçam na obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Desdobram-se, como objetivos específicos, os seguintes: traçar um histórico da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX; examinar a produção de alguns intelectuais brasileiros sobre o determinismo racial; apresentar as principais características do Naturalismo; analisar aspectos regionais e deterministas na obra *O cortiço*.

Utiliza-se aqui a análise interpretativa como método para alcançar esses objetivos. De acordo com Franco Junior (2009, p. 34),

> a análise interpretativa [...] volta-se para a compreensão das possíveis relações de sentido que se estabelecem entre tais elementos que constituem o todo textual, e, também, para a compreensão das possíveis relações de sentido que se estabelecem entre a ordem que preside a organização de tais elementos sob a forma de texto e a história ali narrada.

Pretende-se, assim, nesta pesquisa, verificar as relações literárias, históricas e raciais sob a perspectiva do determinismo racial e da(s) regionalidade(s), na obra *O cortiço*, de Aluísio

Azevedo, considerando a forma de habitar como um dado sociológico. No discurso ficcional, observar-se-á a construção das personagens, relacionando-as com os problemas presentes na história brasileira da época. O espaço urbano no centro da cidade do Rio de Janeiro, antes ocupado pela elite, nesse período, vai cedendo lugar a cortiços, casarões divididos em cômodos e alugados. No final do século XIX, com a continuidade da modernização da infraestrutura econômica e urbana brasileira, esses casarões são destruídos, movendo grande parte de seus moradores às encostas e ao alto dos morros. Sem opção, esse contingente pertencente às classes populares encontrava no morro sua única opção de refúgio e abrigo. Tais aglomerados urbanos, que mais tarde passariam a ser chamados favelas[3], sinalizam o aprofundamento das desigualdades sociais no país.

Dessa maneira, examina-se a interligação entre os fatos históricos, a literatura e a sociedade do período, a fim de aprofundar o debate sobre as ideias cientificistas que englobam as questões raciais e suas conexões com a narrativa de ficção, além de inventariar a maneira como o meio social é representado no enredo da obra e, sobretudo, de que maneira essa obra simboliza um determinado modelo social.

Outro ponto importante neste estudo é verificar as relações de regionalidade presentes no espaço físico e social do cortiço. No decorrer da pesquisa, considera-se o cortiço como uma possível alegoria de uma região de exclusão dos segmentos populares na cidade do Rio de Janeiro, figurantes na narrativa de Azevedo.

Sem dúvida, a partir de 1870, o problema da escravidão provocou muitos desgastes entre o Estado e suas bases sociais e políticas. Na verdade, esse período da história brasileira registrou, além da questão da abolição, que se deu por meio da Lei Áurea em maio de 1888, mais dois grupos descontentes com o Brasil Imperial: os republicanos e o Exército. Em outras palavras, o Brasil até 1889, conviveu com fortes mudanças estruturais tanto na economia, como também no meio social e na literatura. Nesse momento, analisa-se o contexto da abolição, severamente contestada pela classe dominante. Como deixaria de contar com o braço negro para movimentar a economia, ela rejeita a ideia de uma abolição imediata e considera o projeto como subversão à ordem nacional. Porém, com o surgimento de associações, jornais e

[3] Entende-se por "favela", de acordo com o Dicionário Michaelis, "Área de povoamento urbano, formada por moradias populares, onde predominam pessoas socialmente desfavorecidas. Essa comunidade é o resultado de um processo histórico de exclusão social e de um modelo de má distribuição de renda. Em geral carece de saneamento básico. Muitas favelas já contam com urbanização. Existem nesse espaço urbano, assim como nos bairros das periferias, elevadas taxas de pobreza e desemprego". Já por "cortiço" compreende-se "Casa grande, geralmente decadente, que serve de habitação coletiva para famílias de baixa renda". Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 15 out. 2018.

propaganda, o projeto abolicionista ganha fôlego e foi reforçado com a participação de diversos níveis sociais que se aliaram, fortalecendo e contribuindo para a extinção da escravatura.

Na literatura, há a incorporação dos avanços das ciências no século XIX, como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo. Aluísio Azevedo foi um dos primeiros escritores brasileiros que aplicou essas novidades cientificistas em suas obras, e o fez apresentando os aglomerados humanos no romance *O cortiço*.

A partir disso, o presente trabalho é estruturado em três planos. O capítulo 2 apresenta o contexto da cidade do Rio de Janeiro, palco do enredo da obra *O cortiço*, tomando como ponto de partida o ano de 1870 até 1889, ano anterior ao da publicação desse romance. A narrativa expõe as mazelas das populações marginalizadas, por meio do seu cortiço, representado como um espaço físico e social de exclusão, até então sem nenhuma representação na literatura brasileira. Dessa forma, são apresentadas as ideias de alguns estudiosos, principalmente de Silvio Romero e Nina Rodrigues, acerca do determinismo racial, importante conceito para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa.

O capítulo 3 apresenta informações sobre o Naturalismo, período literário e a que a obra em análise é classificada. Em seguida, parte do enredo da obra é apresentada, com foco em traços específicos de determinados personagens, quais sejam: a ambição do português João Romão, que se torna dono do cortiço, a participação da negra Bertoleza, que, enganada por João Romão, acredita ter conseguido sua alforria, e a decadência de Jerônimo, português respeitado por todos, que parece sucumbir àquele ambiente.

Já no capítulo 4, são inseridas na discussão as conceitualizações de região e regionalidade. Na tentativa de representar um cortiço, fica nítido que Azevedo utiliza-se de diversas peculiaridades culturais e étnicas: hábitos e valores de portugueses, africanos e mestiços estão no centro da narrativa. Nesse capítulo, busca-se mapear essas representações para que se possam definir as regionalidades e o estatuto de região cultural que o espaço do cortiço e do sobrado possam a vir a assumir na análise. Há, além disso, uma reflexão sobre como o determinismo liga-se a esses conceitos, influenciando o comportamento dos personagens que estão inseridos nessa região.

Conclui-se a presente pesquisa com as considerações finais, nas quais são recuperados os pontos abordados durante a dissertação, a construção ficcional dos tipos sociais e a sua provável relação com agentes enunciadores das questões sociais vigentes nos períodos analisados. Dessa forma, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para a construção de novos olhares acerca da obra considerada a melhor representante naturalista de Azevedo, tão

importante para a formação intelectual do Brasil nos anos seguintes, o que justifica a importância de novas leituras no presente mundo ficcionalizado no passado.

2 O BRASIL NO CONTEXTO ABOLICIONISTA

Este capítulo tem por objetivo contextualizar as relações sociais e históricas do Brasil, na segunda metade do século XIX, a fim de embasar a análise sobre como os tipos sociais apresentam-se ficcionalmente na obra literária *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Fenômenos importantes, como os que serão apresentados a seguir, alteraram a estrutura econômica e social brasileira naquele período, incrementando o pequeno mercado interno, que se voltava para a substituição das importações, promovendo o processo de urbanização. Ressalta-se que era nos principais centros urbanos que se localizavam os portos exportadores das matérias-primas brasileiras, tais como Rio de Janeiro, São Paulo (porto de Santos), Salvador, Recife e Belém.

Ideias, que a partir de 1850 já eclodiam em nossa intelectualidade, como o evolucionismo, o positivismo e o determinismo climático-racial, eram tidas como um modo de explicar a nação brasileira. Conforme Coutinho (2004, p. 6), de uma maneira geral, a partir de 1870, houve, mundialmente, "uma revolução nas ideias e na vida, que levou os homens para o interesse e a devoção pelas coisas materiais". Tobias Barreto e seu discípulo Silvio Romero, ambos da Escola de Recife, e Nina Rodrigues foram considerados os pioneiros das Ciências Sociais no Brasil (ORTIZ, 2006, p. 14). Eles se dedicaram ao exame da sociedade brasileira, por meio do cientificismo europeu e americano, adaptado à realidade da época, utilizando, principalmente, as teorias raciais como tema para explicar o comportamento social e político do país.

Na literatura, o romantismo, que exagerava os sentimentos em relação à pátria e ao amor, simulando a realidade, perdia sua força para o realismo-naturalismo, que tinha a intenção de revelar a natureza humana e suas relações sociais com objetividade e impessoalidade, baseado nos métodos da pesquisa científica. Os personagens da obra resultam do condicionamento ao meio e da sua hereditariedade. Assim, *O cortiço* configura-se como uma das melhores representações do Naturalismo no Brasil. Para Bosi (2015, p. 178), toda vez que "personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das 'leis naturais' que a ciência da época julgava ter codificado", tem-se o Naturalismo.

Aluísio apresenta seu cortiço seguindo as teorias cientificistas com características naturalistas, do condicionamento ao meio e à raça, que pode ser visto como um testemunho da classe pobre e desfavorecida da cidade do Rio de Janeiro, antes sem visibilidade nas obras literárias brasileiras.

2.1 DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX

As últimas décadas do século XIX foram de profundas transformações sociais e políticas no Brasil. O fim da Guerra do Paraguai, em 1870, impulsionou as campanhas a favor da República e da abolição da escravatura. No início desse ano, criou-se, no Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, o Partido Republicano, além da Sociedade de Libertação e da Sociedade Emancipadora do Elemento Servil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 299), ambas envolvidas no trato da abolição. Ainda em 1870, o Manifesto Republicano[4] foi lançado no jornal *A República,* subscrito por Lopes Trovão e Silva Jardim (FAUSTO, 2014, p. 127), marcando o início de um período de contestações ao modelo imperial.

Esse novo movimento inspirou vários grupos de militantes, que buscavam uma alternativa à monarquia já decadente, mobilizando-se em clubes, partidos políticos e na imprensa, acirrando o embate entre republicanos e monarquistas. No entanto, não houve a participação das classes populares, que apenas acompanhavam as discussões de longe (VISCARDI, 2013, p. 28). De acordo com Carvalho (2012, p. 35), "povo e elite mantiveram-se em mundos à parte no campo cultural, assim como no mundo social e político". Entre os propósitos dos republicanos, estavam a maior participação do povo na política, a descentralização do trono e da administração e, também, a implementação de uma república federativa (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 301).

A questão abolicionista ganhou força no Brasil devido ao fim da Guerra do Paraguai, a partir de 1871, com um real impacto na década de 1880 e a multiplicação dos quilombos e a propaganda propriamente dita, nas cidades e nos jornais do país. A lei do Ventre Livre[5], em 1871, conforme Fausto (2014, p. 122), era uma estratégia utilizada pelo Imperador e seus conselheiros, pois "o encaminhamento da questão servil, mesmo ferindo interesses econômicos importantes, era visto como um mal menor diante do risco potencial de revoltas de escravos". Observa-se que essa lei não surtiu muito efeito, pois as elites criaram maneiras de burlá-la, descumpri-la, utilizando-se de dispositivos restritivos nas concessões (GOHN, 2003, p. 45).

[4] Publicado ao final do ano 1870, foi o marco simbólico do movimento Republicano, assinado por cinquenta e oito apoiadores, entre médicos, advogados, professores, militares e fazendeiros, além da participação dos alunos das escolas de direito, medicina e das escolas militares. Esse documento expressava o consenso entre diversos grupos republicanos que criticavam o imperador e a monarquia. Por meio desse periódico, é que se iniciou a campanha pela derrubada do regime (FAUSTO, 2014, p. 127).

[5] Basicamente, propunha tornar livres os filhos de escravas após a lei. Partiu do presidente do gabinete conservador presidido pelo Visconde do Rio Branco, que, segundo Fausto (2014, p. 121), "arrebatou a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais".

A escravidão, na época, consistia na força de trabalho essencial para a economia do país. A sociedade brasileira do século XIX era predominantemente escravista, e a utilização do negro era fundamental ao sistema agroexportador, primordial fonte da economia, principalmente em função dos impostos que gerava. Os produtos que alimentavam as exportações eram o açúcar e o café, sendo que, a partir da década de 1830, o café, considerado uma sobremesa, transformou-se no principal produto de exportação, favorecendo o incremento da importação de escravos, apesar da forte pressão inglesa[6] contra o tráfico. Ao final do Império, o café representava 61% do valor das exportações, tornando o porto da cidade do Rio de Janeiro o mais importante do país. Para se ter uma ideia da força econômica do café, que tornou o país um grande produtor mundial, entre 1870 e 1880, a média brasileira foi um pouco inferior à mundial: 3.785.000 sacas, comparadas a 3.925.000. Após 1880, o Brasil ultrapassou 5.900.000 sacas, enquanto outros países chegaram a 4.665.000. Nessa década, a produção nacional variava entre quatro e seis milhões de sacas, exceto em 1888, em que a produção alcançou três milhões, enquanto a produção mundial oscilava entre três e quatro milhões (CARONE, 1975, p. 30). Sevcenko (2003, p. 39) afirma que o porto do Distrito Federal, na passagem do século, ocupava o décimo quinto lugar em volume de comércio no mundo.

Dessa maneira, percebe-se a grande importância da mão de obra cativa para o desenvolvimento econômico do país. Em sua grande maioria, os escravos seguiam para as lavouras de café do Vale do Paraíba, oeste paulista, ou permaneciam no Rio de Janeiro (FAUSTO, 2012, p. 105). Contudo, a partir de 1880, a causa abolicionista passou a ser representada por duas correntes distintas: os *moderados*, tendo Joaquim Nabuco[7], maçom, como ideólogo, os quais defendiam a libertação gradual dos escravos; e os *radicais*, que tinham entre seus principais representantes Silva Jardim, Luís Gama, conhecido como o "rábula negro", José do Patrocínio e Antônio Bento, que apoiavam as rebeliões e as fugas em massa das fazendas, ou seja, lutavam por uma liberdade imediata dos cativos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 306).

Em 1880, "se apegavam à escravidão apenas os representantes das velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, cujas fortunas em declínio se concentravam nos escravos"

[6] No ano de 1827, a Inglaterra fez um tratado com o Brasil, no qual após três anos de sua ratificação, seria declarado ilegal o tráfico de escravos, de qualquer procedência, no território nacional. Uma outra lei foi firmada em 1831, prevendo severas penas aos traficantes e libertando os escravos que entrassem no país a partir daquela data. A lei foi considerada "para inglês ver", expressão comum, significando atitudes que só têm aparência e não são para valer. O tráfico voltou a crescer e ela não foi aplicada (FAUSTO, 2014).

[7] Filho de um fazendeiro e padre, dono de escravos, e de uma vendedora de frutas, foi proprietário da *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista do Rio de Janeiro, ficando famoso por seus discursos emocionados (FAUSTO, 2014, p. 122). De acordo com Chalhoub (2012, p. 75), Nabuco dizia, em 1880, que para qualquer escravo brasileiro, a perspectiva de morrer no cativeiro permanecia maior do que a de se atingir a liberdade.

(FAUSTO, 2014, p. 123). Em um breve movimento contra a escravidão, em 1881, os proprietários de escravos e seus representantes no Parlamento insurgiram-se contra a abolição, pois seus interesses econômicos não poderiam ser ameaçados. Inúmeros aforismos citados por defensores da escravatura foram reunidos pela *Gazeta da Tarde*, em 1880, e posteriormente publicados como "O Brasil é o café e o café é o negro", de Silveira Martins/RS; "A escravidão é conveniente mesmo em bem do escravo", do Senador Sinimbu/AL; "Amo mais a minha pátria do que o negro", de Saraiva, Presidente do Conselho de Ministros; "O fazendeiro deve merecer mais cuidados dos poderes públicos do que os escravos", de Martim Francisco de Andrade; "Medidas de rigor e quanto antes para conter a insubordinação nas fazendas e fazer murchar perigosas impaciências", de Paulinho de Souza/RJ, entre outros (CONRAD, 1975, p. 205).

Apesar de a abolição ser fortemente rechaçada por alguns parlamentares e fazendeiros, ela continuava a ser defendida passo a passo até a sua extinção. O clero e o exército também não acobertavam mais a escravidão, considerada moral e politicamente condenada (IGLÉSIAS et al., 2002, p. 305). No entanto, para Conrad (1975, p. 192), foi mais uma decisão política que "não tinha a intenção [...] de transformar escravos em cidadãos, mas sim limitado à substituição da escravatura por um sistema de trabalho livre". Outro destaque é a atuação da maçonaria no processo abolicionista. Nomes como José do Patrocínio, Luís Gama, Joaquim Nabuco, entre outros, defendiam a abolição da escravatura. Pode-se afirmar que a maçonaria brasileira atuou de forma eficaz para acabar com essa mancha na história do país (MOREL; SOUZA, 2008).

Na verdade, aqueles que eram marcados pela cor da pele, a qual insinuava a ascendência escrava, apesar de estarem na condição de "homens livres", não tiveram tal liberdade reconhecida na plena concepção da palavra, pois continuaram na pobreza, na subserviência e com poucas oportunidades de emprego, restringindo-se ao trabalho duro, como em propriedades que não eram suas ou migrando para centros urbanos, onde se amontoavam nas ruas ou nos cortiços. Costa (1994, p. 207) atesta que negros e mulatos que se destacaram na política, nas artes e nas letras, como José do Patrocínio, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Tobias Barreto, Nilo Peçanha, entre outros, "usualmente citados como exemplo de mobilidade social do negro no Brasil, de fato representaram uma minoria ínfima da população negra ou mestiça".

A participação da imprensa foi muito importante nesse período. Inúmeros jornais concorreram com o mesmo objetivo – a abolição –, entre eles o *Jornal do comércio, A onda, A abolição, Oitenta e nove, A redenção, A vida semanária, Vila da redenção, A liberdade, O Alliot, A gazeta da tarde, A terra da redenção, O amigo do escravo, A luta, O federalista*, bem como dezenas de panfletos e pasquins (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 307).

Para o Estado, a situação tornava-se cada vez mais difícil, pois a abolição já acontecia "à revelia dos governantes, por iniciativas particulares e dos próprios escravos" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 310). Um senador conservador de São Paulo, ligado ao Oeste Paulista, que utilizava um grande número de escravos nas lavouras cafeeiras, argumentou que a abolição, no início, deveria estar sujeita à indenização aos escravocratas e que o trabalho dos cativos deveria se manter por mais três meses em função da colheita que estava próxima. Contudo, a ideia não foi acolhida e, finalmente, deu-se a libertação dos escravos sem restrições, sendo sancionada em treze de maio de 1888, pela maioria parlamentar, com a Lei Áurea. Nas palavras de Schwarcz e Starling (2015, p. 310):

> o treze de maio redimiu 700 mil escravos, que representavam, a essas alturas, um número pequeno no total da população geral, estimada em 15 milhões de pessoas. Mesmo assim, a penada da princesa Isabel não foi simples manipulação política, e de fato oficializou e acaba por encerrar o final desse sistema, ao menos nas bases mercantis, que insistia em perseverar no Brasil.

A liberdade dos cativos causou perdas econômicas para a elite brasileira, pois os proprietários não foram indenizados. Com isso, instalou-se um descontentamento em relação ao Imperador, levando alguns grupos ligados e atuantes no trono a romperem com o Estado e a passarem para o lado republicano. Aluísio Azevedo, por meio de suas caricaturas para jornais em São Luís, no Maranhão, e na atual cidade do Rio de Janeiro, também criticou o Império, a Igreja e a escravatura.

Esse contexto de lutas para alcançar, principalmente, a abolição e, em seguida, a República, fez com que a preocupação com o provável fim da mão de obra escrava se concentrasse em substituir essa massa trabalhadora por estrangeiros. Fausto (2014, p. 136) afirma que a emigração de europeus para o Brasil começou no Sul do país, antes mesmo de São Paulo, porém com objetivos diferentes. No Sul, o plano era incentivar a colonização baseada na pequena propriedade, contudo, em São Paulo, a intenção era fornecer trabalhadores para a grande lavoura cafeeira. Depois de 1870[8], o Império incentivou a colonização italiana e alemã, especialmente para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. A ideia do Imperador era incentivar a formação de uma classe média rural. Os alemães ocuparam o Nordeste de Santa Catarina, dando origem às colônias de Blumenau, Brusque e Dona Francisca, atual Joinville. Os colonos italianos especializaram-se no cultivo da uva e na produção de vinho, e

[8] Segundo Paula (2012, p. 200), entre 1860 e 1869 o Brasil recebeu 108.187 imigrantes, entre 1870 e 1879, 193.431 e, entre 1891 e 1930, 3.964.300, sendo 36% italianos, 29% portugueses, 14% espanhóis e 3% japoneses.

estabeleceram várias colônias no Rio Grande do Sul, sendo Caxias do Sul a mais importante[9] (FAUSTO, 2014, p. 138).

No ano da abolição, 132.070 imigrantes entraram no país, e, quando a República foi proclamada, em 1889, uma nova leva significativa de estrangeiros chegou ao Brasil (CARVALHO, 2012). Dessa forma, a imigração contribuiu para a ocupação de novas áreas do Sul do país, apesar das duras condições presentes nessa região, entre elas a distância geográfica marcada por um precário sistema de comunicação e transportes.

No Quadro 1, observa-se o número total anual da corrente imigratória no país, entre os anos de 1884 e 1900[10]. Percebe-se que, no ano em que se deu a abolição da escravatura, o número de imigrantes aproximou-se da totalidade de pessoas que vieram para o Brasil nos cinco anos anteriores. Em 1891, tem-se a maior entrada de imigrantes no país, sendo a maioria deles de origem italiana, principalmente para a mão de obra agrícola e para o setor industrial e artesanal. Nesse período, a Itália estava com sua economia fragilizada, aumentando o número de italianos que pretendiam emigrar.

Quadro 1 – Número total de imigrantes no Brasil entre 1884 e 1900.

Ano	N. de imigrantes
1884	23.564
1885	34.724
1886	32.650
1887	54.932
1888	132.070
1889	65.165
1890	106.819
1891	215.239
1892	85.906
1893	132.589
1894	60.182
1895	164.831
1896	157.423
1897	144.866
1898	76.862
1899	53.610
1900	37.807

Fonte: elaboração da autora com base nos dados de Iglésias et al. (2002, p. 308).

[9] Para maiores informações sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul, consultar Frosi e Mioranza (1975).
[10] Cabe lembrar que houve grandes levas de imigrantes em anos anteriores ao espaço compreendido pela tabela. Um dos objetivos era o "branqueamento" do Brasil. D. Leopoldina foi grande incentivadora da vinda de alemães para o Brasil.

A imigração teve como objetivos colonizar regiões remotas, como o Sul do Brasil, produzir gêneros para o consumo interno, trazer novas técnicas que poderiam ser úteis para o desenvolvimento econômico do país e, não menos importante, promover o "branqueamento" do Brasil. A carência de mão de obra poderia ser suprida pelos próprios escravos livres, contudo, segundo Ianni (1987, p. 139), "os imigrantes europeus foram escolhidos a dedo para branquear o país". A preferência era por italianos, poloneses, portugueses, alemães, espanhóis, entre outros. Os chineses eram vetados por serem "amarelos".

Em termos de modernização, a infraestrutura brasileira, apesar de lenta, avançava. A ampliação da rede de ferrovias facilitou o escoamento das principais mercadorias para os portos. Houve o lançamento do primeiro cabo submarino que ligou o Brasil à Europa; tiveram início a telefonia e o telégrafo; começou a instalação de redes de tráfego no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Campinas, São Luís e Recife, fato que proporcionou uma maior interação entre as regiões brasileiras. Com isso, apresentou-se uma melhora considerável na organização urbana e a consequente expansão desses núcleos. Além da diversificação das estruturas bancárias e financeiras, ocorreu, também, a instalação de serviços de utilidade pública, como iluminação a gás, transporte urbano com tração animal, serviços de água e esgoto (PAULA, 2012, p. 214). Por sua vez, as viagens intensificaram-se, e as leituras de jornais, revistas e livros franceses, alemães e ingleses geraram um grande movimento entre os intelectuais mais engajados (PAULA, 2012, p. 212). Todas essas "modernidades" promoveram uma década rica em inovações no Brasil.

Ainda no Rio de Janeiro, instalou-se um grande número de fábricas, entre elas as de chapéus, tecidos e bebidas. O surgimento de bancos, companhias de comércio e navegação, empresas de transporte, construção e gás promoveu a ampliação dos contingentes populacionais que se deslocavam para a cidade à procura de novas oportunidades de trabalho. Essa população era composta por operários de todas as profissões, estudantes sem recursos, migrantes internos e imigrantes que fugiam do campo, aterrorizados com as condições de vida oferecidas pelos "senhores" que os tratavam como escravos brancos.

Mesmo após a Constituição de 1891, que automaticamente naturalizava-os, juridicamente, isso "não implicou que o imigrante fosse aceito como um igual" (IANNI, 1987, p. 151). Eles enfrentaram situações de conflitos e tensões, principalmente em relação aos ex-escravos e seus descendentes para alcançar sua posição na sociedade brasileira, pois as empresas continuavam a dar preferência ao emprego de imigrantes. Para Iglésias et al. (2002, p. 315), "horizontes culturais diferentes colocaram negros e mulatos em desvantagem frente ao

imigrante". Iniciava-se o rudimentar sistema operário mediado pelo etnocentrismo e pelo preconceito de cor.

Tais acontecimentos influenciaram fortemente o crescimento demográfico do Rio de Janeiro que, de acordo com Fausto (2014, p. 134), contava, em 1890, com uma população de 522.000 habitantes. Conforme Iglésias et al. (2002, p. 418), o Brasil, em 1872, possuía uma população de cerca de 3 milhões de habitantes que chegaria a dezessete milhões e meio em 1900. O crescimento econômico e populacional da então Capital Federal piorou as condições dos moradores dos cortiços, como se pode observar na descrição de Aquino (2005, p. 16):

> o Rio de Janeiro teve, na segunda metade do século XIX, um aumento de sua população sem que isso fosse acompanhado, de forma planejada, a construção de habitações, o que ocasionou a superlotação em casa de cômodos, onde a circulação de ar tornava deficitária. Essa situação, agravada pelas péssimas condições de alimentação, fragilizava ainda mais a saúde da classe trabalhadora, que se tornava vítima fácil de doenças, em sua maioria fatais.

Doenças como febre amarela, tifo, cólera, lepra, coqueluche, tuberculose (responsável por 15% das mortes em 1895, no Distrito Federal), entre outras, espalharam-se com facilidade nesses lugares, contagiando e matando rapidamente a população. Ainda no ano de 1855, a Câmara Municipal da Corte, em função da alta taxa de mortalidade ocorrida (febre amarela, em 1850, e cólera, em 1885), levou aos vereadores um projeto de lei que apresentava em sua introdução o seguinte argumento: "o preço elevadíssimo das casas nesta Capital deu lugar à fundação de moradas, conhecidas pelo nome significativo de cortiços, onde em pequenos quartos habita uma grande população das classes menos abastadas, como é sabido" (Códice 44-2-7, habitações coletivas, estalagens ou cortiços 1855-68 apud CHALHOUB, 1996, p. 31). Constata-se que havia alguma consciência de uma parcela de parlamentares sobre os problemas habitacionais existentes, como já dito, e sobre o crescimento populacional na então capital do Brasil.

A proliferação de cortiços no Rio de Janeiro deu-se, sobretudo, entre 1850 e 1860, reflexo direto do aumento de imigrantes e de escravos alforriados, ambos destinados ao trabalho braçal. Negros fugidos também se refugiavam nos cortiços e, ali escondidos, recebiam a solidariedade dos vizinhos e podiam viver à margem da sociedade escravocrata. A partir de 1870, as autoridades sanitárias passaram a lutar pela erradicação dos cortiços nas zonas centrais da cidade, devido aos sucessivos surtos de febre amarela. O mais célebre cortiço carioca de seu tempo, o "Cabeça de Porco", localizado onde hoje está situado o bairro de Botafogo, com uma população estimada em quatro mil moradores, foi demolido em 26 de janeiro de 1893, fato

acompanhado pessoalmente pelo prefeito Barata Ribeiro e pelo chefe de polícia (CHALHOUB, 1996, p. 15-16, 26, 88).

Chalhoub (1996, p. 17), em sua pesquisa sobre os cortiços e seus ocupantes, no Rio de Janeiro do século XIX, revela um dado importante quanto ao destino dos moradores da estalagem "Cabeça de Porco". De acordo com o autor, o então prefeito Barata Ribeiro "facultou à gente pobre que habitava aquele recinto a retirada das madeiras que podiam ser aproveitadas" em futuras construções. Esse material foi utilizado para a reconstrução de casebres na encosta do morro, que se situava atrás da demolida estalagem. Uma das proprietárias do cortiço, que também possuía lotes no morro, alugou-os a fim de continuar obtendo lucro. Mais tarde, em 1897, soldados egressos da campanha de Canudos foram autorizados, por chefes militares, a residir nessa encosta, que foi denominada de "morro da favela". Surgia, então, o morro como uma opção de residência para os habitantes de baixa ou nenhuma renda.

Historicamente, o Brasil ingressou na República com forte compromisso, entre a elite, de repensar o espaço urbano, "principalmente em relação à forma de moradia da população pobre, considerada imunda e fonte de doenças que a todos afetariam" (PAULA, s. d., p. 4). A chamada "regeneração"[11] urbana da cidade do Rio de Janeiro é relatada por Sevcenko (2003, p. 43) desta forma:

> [...] são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças, jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa.

O centro econômico e social do Brasil, no então Distrito Federal, transformava o espaço público. Nas palavras de Sevcenko (2003, p. 43), isso aconteceu, principalmente, após a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1873, que definiu os novos ideais da indústria, do progresso e da riqueza em quatro princípios fundamentais:

> [...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade dominante (pode-se entender como o português colonizador e explorador); uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade (cativos libertos, desempregados, mendigos, enfim os excluídos sociais) para desfrute exclusivo das camadas aburguesadas (banqueiros, fazendeiros, a elite); e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

[11] Termo utilizado por Sevcenko (2003, p. 43).

Os cortiços eram vistos sob dois aspectos, conforme Chalhoub (1996, p. 31): o primeiro "como um problema para o controle social dos pobres e [o] segundo como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade". Pelo bem do progresso que o Rio de Janeiro queria mostrar ao mundo, os cortiços foram extintos, e a população pobre, empurrada para os morros mais próximos, aumentando o número de pessoas nas primeiras favelas que já apareciam na paisagem carioca, no final do século XIX.

A capital fluminense constituía-se em um grande centro urbano e concentrava a vida política, os investimentos em transportes, a iluminação, os divertimentos e o embelezamento. A mão de obra, nos grandes centros urbanos, onde se localizavam as indústrias (no caso do Rio de Janeiro a indústria têxtil), era abundante e barata, porém a "população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa" (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 198). A modernização acompanhada da urbanização, de acordo com Costa (1994, p. 223), foi somente de fachada e nos limites dos grandes centros urbanos. Como descrito pelo autor, "frequentemente, não a muitos quilômetros de distância, o caboclo vegetava, à margem do progresso".

No último decênio dos anos oitocentistas, vários fatores fomentaram o aumento da população no então Distrito Federal, como a crise da economia cafeeira, a abolição, a imigração, a industrialização, o desenvolvimento da rede de transportes, entre outros (COSTA, 1994, p. 225). A especulação fiduciária na recente República atraiu aventureiros e mão de obra desocupada. Visconde de Taunay foi testemunha desse crescimento, referindo-se "à febre de pretendido industrialismo que avassalou o Rio de Janeiro; fazendo acudir a essa cidade gente de toda a parte, quer das antigas províncias, quer de fora do país" (TAUNAY, 2003, p. 99).

A ocupação dos cortiços deu-se principalmente em função do alto preço dos aluguéis das poucas casas disponíveis, resultado das grandes transformações na demografia urbana do Distrito Federal. As "classes menos abastadas" foram levadas a procurar tais habitações, compostas por pequenos quartos, sem banheiro, com pouca ventilação, enfim, lugares quentes e insalubres.

Os cortiços representavam a pobreza, os vícios, as transgressões morais, e uma ameaça para a saúde pública (CHALHOUB, 1996, p. 31). Outro fato que suscitou a ira do poder público contra os cortiços, sugerido Chalhoub (1996), foi que nesse tempo intensificaram-se as lutas dos negros pela liberdade, e muitos escravos fugidos escondiam-se e se reuniam nesses locais com aqueles que partilhavam dos mesmos ideais. Iniciava-se a "caça" para o fim dos cortiços, um bom motivo para retirar do meio público tais construções, para a abertura das grandes

avenidas ao modo de Paris, como já mencionado, a fim de demonstrar ao mundo que o país estava se modernizando.

Nota-se que a preocupação era muito mais mostrar a todos a grandeza do Brasil, por meio da nova arquitetura e do urbanismo que estava sendo imposto aos brasileiros, do que com a miséria e a injustiça social que imperavam sobre classes pobres, negras e mestiças, que representavam a maioria da população. Os cortiços, utilizando as palavras de Candido (2010b, p. 119), eram o retrato do "Brasil em miniatura", caracterizado pelo atraso, o preconceito, vivenciando um regime neocolonialista que trazia a miséria e provocava os desajustes sociais.

Em síntese, os fatos apresentados, como a abolição, a queda do Império, a economia baseada na exportação agrícola, promoveram certa modernização e um pouco de crescimento econômico ao país, no último quartel do século dezenove. No entanto, sabe-se que o resultado desse lento progresso não alcançou a sociedade como um todo, pois a maioria da população não usufruiu dos poucos benefícios trazidos por esse avanço. A inexistente distribuição de renda, assim como a educação e os direitos do cidadão, inviabilizou o usufruto das benesses que esse inicial desenvolvimento trouxe para o povo brasileiro.

Por conseguinte, havia escravos livres, imigrantes e migrantes sem trabalho, sem moradia e sendo varridos por epidemias de tifo, cólera, febre amarela, entre tantas outras, além do preconceito em relação à cor negra e suas variações, e ao nível social. Na obra ficcional *O cortiço*, percebem-se seus habitantes sujeitos a todos os tipos de dificuldades, como as financeiras, as habitacionais, as relacionais e todos os seus efeitos, sendo conduzidos por caminhos de uma ciência determinista e uma "antropologia racista"[12], ou seja, imigrantes, negros e mestiços movimentando-se sob a égide do meio climático, social e racial.

2.2 O DETERMINISMO RACIAL NO BRASIL

No período em questão, neste estudo, juntamente com as mudanças políticas, sociais e econômicas, verifica-se que o cientificismo, em voga na Europa, atravessou o Atlântico e aportou no Brasil. Entre as ideias mais importantes, destaca-se o Positivismo do francês Augusto Comte (1798-1857), que parte do princípio de que o único conhecimento válido é o conhecimento positivo, isto é, oriundo das ciências. Trata-se de uma filosofia empírica que se baseia na observação do mundo físico e, por isso, rejeita a metafísica e acredita na capacidade do homem de amar e ser socialmente solidário. Comte exerceu grande influência intelectual na

[12] Termo utilizado por Bosi (2015).

época, tanto como filósofo quanto como reformador social (DIMAS, 1980, p. 220).

No Brasil, o positivismo "continha uma fórmula de modernização conservadora, centrada na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, que teve forte ressonância nos meios militares" (FAUSTO, 2014, p. 130). A instituição da chamada Igreja Positivista estendeu-se, principalmente, na América Latina, ao Chile, ao México e ao Brasil. Muitos republicanos brasileiros aderiram a essas ideias, porém, para Carvalho (2012, p. 34), "os Positivistas, no Brasil, entortaram o pensamento de Comte para defender, por exemplo, um papel político para as classes médias ou ação política revolucionária para derrubar a monarquia". De qualquer maneira, preserva-se, ainda hoje, na bandeira brasileira, a expressão positivista "*Ordem e Progresso*", inspirada nos pressupostos comtianos (DIMAS, 1980, p. 220).

Outro postulado filosófico que parte das novas ideias cientificistas da época é o Determinismo, desenvolvido por Hippolyte Taine (1828-1893). O filósofo, crítico e historiador positivista preconiza que o poder ilimitado do ambiente ou *milieu* torna o homem "parte integrante da ordem natural, e seu corpo tanto quanto o seu espírito se desenvolvem e atuam debaixo de seu condicionamento total e inevitável" (COUTINHO, 2004, p. 8). Trata-se do meio e seus poderes ilimitados determinando, em sua totalidade, as ações dos indivíduos. Ainda conforme Coutinho (2004), o ambientalismo, introduzido por meio da antropogeografia e incorporado às pesquisas do século XIX, e difundidas pelo filósofo, reduziu a interpretação das artes, das letras e da história à compreensão do meio, da raça e do momento em que foram produzidos. O autor ainda alega que essa teoria influenciou "inclusive ou sobretudo no Brasil" (COUTINHO, 2004, p. 8) de forma predominante.

Por fim, Charles Darwin, em *Origem das espécies* (1859)[13], apresenta a teoria da seleção natural, também conhecida como Evolucionismo, segundo a qual a natureza ou o meio selecionam os seres vivos, ou seja, os mais aptos sobrevivem e perpetuam-se, enquanto os mais fracos são eliminados. Utilizando a representação de "uma grande árvore, nos quais seus raminhos que dão brotos podem representar espécies vivas, e os ramos produzidos durante anos anteriores podem representar a longa sucessão de espécies extintas", o cientista apresentou ao mundo o que foi chamado por ele de seleção natural (MESQUITA, 2011, p. 25).

O Positivismo, o Determinismo e o Darwinismo constituem-se como os principais alicerces dos fundamentos cientificistas do Naturalismo, utilizados por Aluísio Azevedo, na obra *O cortiço*. Esses conceitos serviram como novos argumentos para explicar as diferenças

[13] A primeira edição, com apenas 1.250 exemplares, esgotou-se no dia do lançamento (MESQUITA, 2011, p. 125).

internas, bem como o atraso do Brasil em relação ao mundo ocidental. Com esses pressupostos, procurava-se entender, por meio do debate, "os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial" (VENTURA[14] apud SCHWARCZ, 1993, p. 38). Além disso, segundo Schwarcz (1993, p. 39), a partir de meados do século XIX, introduz-se o confronto entre a literatura e as ciências sociais, de modo que a sociologia passa a ser vista por meio da análise e não mais como uma descrição. Adicionalmente, de acordo com Schwarcz (1993, p. 73), as leis da termodinâmica, da biologia e o estabelecimento de fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento passam a contribuir para que conceitos como "evolução", "hereditariedade", "seleção do mais forte" e "competição" integrassem a investigação sobre o comportamento social brasileiro.

Segundo Candido (2009, p. 246), a partir do início do século XIX, afigura-se, pela primeira vez, no Brasil, "uma vida intelectual" em sua concepção literal, composta por, principalmente, professores, administradores, publicistas, oradores, médicos, engenheiros, magistrados etc. Assim, uma nova cosmovisão emergia no Brasil, contribuindo para que as novas ideias e condições de vida, surgidas com o progresso científico e industrial, fossem investigadas por meio do evolucionismo e do determinismo climático-racial, como uma forma de produzir e mostrar verdades sobre a nação. Acirrou-se o debate político sobre a necessidade de se conhecer, principalmente, o povo brasileiro e seu meio geográfico.

Expoentes intelectuais do país acreditavam que essas ideias davam conta do "problema que a diversidade de populações representava para a construção da unidade nacional" (RAMOS; MAIO, 2010, p. 32). Esses autores ainda afirmam que "as respostas que hoje temos à disposição sobre o que é o povo brasileiro são fruto de um caminho aberto por autores como

[14] Original em: VENTURA, Roberto. *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical*: raça e natureza na cultura brasileira (1825-1933). São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1988, 241 p. (Tese de Doutorado). Original não localizado para citação.

Silvio Romero[15] e Raimundo Nina Rodrigues[16]".

De fato, a partir da segunda metade do século XIX, a incorporação das teorias raciais torna-se aquilo que a Academia convencionou como "darwinismo social". Com base nos princípios científicos europeus influenciados por Darwin e Spencer, entre outros, a discussão passa a ser predominante entre os pensadores brasileiros, sobretudo os recém citados. Como afirma Schwarcz (1993, p. 85), "é apenas no século XIX, com a teorias das raças, que a apreensão das diferenças transforma-se em projeto de pretensão universal e globalizante".

Visões distintas reuniam os intelectuais que pretendiam entender a gênese humana e a questão racial no século XIX. Aqui cabe esboçar o importante desafio que os intelectuais da época tinham para entender a gênese do homem, pois por meio desses conceitos é que o discurso racial ancestral emergia com o propósito de explicar a noção de povo, ou seja, "como variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que o [livre] arbítrio do indivíduo" (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

De um lado, havia uma visão monogenista, alicerçada sobre os ensinamentos bíblicos e muito difundida até a primeira metade do século XIX (SCHWARCZ, 1993, p. 64), em que se pregava que a espécie humana era fruto da linhagem de Adão e Eva, ou seja, derivava de um único ancestral. Embora fosse claro que Darwin "postulava um processo evolucionário o que, por definição, começava com uma única espécie" (SKIDMORE, 2012, p. 95), o poligenismo avançou entre os intelectuais brasileiros devido à "crescente sofisticação das ciências biológicas e diante da contestação ao dogma monogenista da Igreja" (SCHWARCZ, 1993, p. 64). Conforme Ramos e Maio (2010, p. 30), ao contrário dos monogenistas, na visão poligenista, as

---

[15] Silvio Romero (1851-1914 - Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero) atuou como advogado, jornalista, crítico literário, ensaísta, poeta, escritor e político brasileiro. Procurou explicar o Brasil por meio de manifestações folclóricas e literárias. Foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se, sobretudo, com o levantamento sociológico em torno de autor e obra. Sua força estava nas ideias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo. Inepto para a apreensão estética da arte literária, limitou-a a seus aspectos sociológicos, no que, a bem da verdade, fez escola no Brasil. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa. Informações disponíveis em: <www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>. Acesso em: 17 jun. 2016. Segundo Werneck Sodré, foi o primeiro a entender a literatura como uma das manifestações da sociedade (1969, p. 365). Para Schwarcz (1993, p. 200-201), ele podia ser visto "como polemista, ou mesmo como aglutinador de uma geração que nos anos 20 o definia de forma celebradora".

[16] Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) formou-se em medicina na Bahia. Em 1891 tornou-se professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia, depois na de Recife. Foi membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Pernambucana de Letras e do Conselho Nacional de Ensino (1926-1927). Fundou a Revista Médico-legal. Foi redator da Gazeta Médica da Bahia e assíduo colaborador dos periódicos Brasil-Médico e Revista Médica de São Paulo. Informações disponíveis em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000600015l>. Acesso em: 20 jun. 2016.

raças comportavam diferentes espécies hierarquizadas e prevalecendo a superioridade da raça branca e a inferioridade dos negros e amarelos. Schwarcz (1993, p. 75, grifos originais) afirma que, para os poligenistas, "*seleção natural* implicava pensar na *degeneração social*".

Silvio Romero considerava-se poligenista e julgava um "exagero reduzir todas as raças humanas a uma única origem" (s. d., p. 23). Crendo na miscigenação com predomínio da raça branca sobre as demais, que compreendia, também, as variadas divisões da raça branca entre si, Romero (s. d., p. 28) afirmava que a população brasileira seria sempre a fusão de diversas camadas étnicas, expressando ainda que, "se isto é bom ou mal [sic]; é um fato e basta" (ROMERO, s. d., p. 28). O autor liderou, a partir dos anos 1870, a adaptação das teorias cientificistas europeias como o evolucionismo e o darwinismo social ao direito e à literatura, a fim de explicar a realidade nacional, tendo na raça e no meio geográfico os ingredientes principais para uma investigação. De acordo com o próprio autor, ele pretendia

> escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, [ele não esqueceria] [...] o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando [tratasse] [...] de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral (ROMERO, s. d., p. 3).

Radical em suas posições, Romero apresentou terminologias retiradas de Haeckel, Darwin e Spencer, até então desconhecidas em nosso meio, e acreditava que a miscigenação era um possível caminho para a homogeneidade nacional. O mestiço representava "a genuína formação histórica brasileira, [ficaria] só diante do branco quase puro, com o qual se [haveria], mais cedo ou mais tarde, confundir" (ROMERO, s. d., p. 20). Dessa forma, a mestiçagem foi uma construção brasileira com o intuito de conceber o Brasil como um país moderno, unido ao imaginário ocidental e, desse modo, projetado para o futuro.

Destaca-se que Silvio Romero foi muito criticado por seu posicionamento, provocando duros embates, incluindo com Machado de Assis[17] (1893-1902), que manteve seu papel de escritor, fidelizando seu olhar sobre o panorama humano de seu tempo e renegando a prática cientificista baseada no meio, na raça e no momento. Mas Romero dizia enxergar nos anos 1870 um novo tempo e o início de uma década inovadora em todos os setores. Em sua visão,

> até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo, a filosofia espiritualista a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menos ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e

[17] Em seu conto "O alienista" (1882), Machado, por meio do personagem médico Simão Bacamarte, criticava a "era da ciência" que "resumia uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio; que valorizou a moda intelectual em detrimento da produção". Sua crítica era em relação à postura cientificista que não via o ser humano de corpo e alma (SCHWARCZ, 1993, p. 38-39).

> os direitos tradicionais do feudalismo a mais individual opugnacção, o romantismo com seus dons enganosos e encantadores cismares a mais avançada desavença... De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou o sofrismo do Império aparece com toda a sua nitidez... Na política é um mundo que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroso. Um *bando de ideias novas* esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte... (ROMERO apud BOSI, 2015, p. 175-176, grifo meu).

É nos romances naturalistas, entre eles *O cortiço*, que se percebe a ampla utilização e divulgação desse "bando de ideias novas", como descrito por Silvio Romero. Esse autor, além da análise literária, realiza um inventário histórico, etnológico e sociológico do país, a fim de compreender o desenvolvimento racial e cultural brasileiro, de modo a encontrar um modelo de "caráter" que o levasse na direção de uma civilização. Segundo Romero, ela abarcaria a raça, o meio e o clima, todos interagindo, sendo a raça, conforme a sua classificação, o motor propulsor.

O contato com múltiplas culturas e etnias (índios nativos, negros africanos, na sua maioria do grupo banto, e o branco europeu) deu origem ao mestiço, que, na visão do autor, "é a genuína formação histórica brasileira" e "é a forma nova de nossa diferenciação nacional" (s. d., p. 28). Na opinião de Romero, exposta em sua obra *História da literatura brasileira* (1888), considerada por Antonio Candido (1999, p. 28) como a sua principal produção na qual "pôs o essencial do que desejava dizer sobre a cultura e mesmo a sociedade do seu país", o mestiço representa "as cores vivas e ardentes de nosso lirismo, de nossa pintura, de nossa música e de nossa arte em geral" (ROMERO, s. d., p. 114). Do ponto de vista do autor, "ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco" (s. d., p. 28). A ênfase no negro, partícipe da mestiçagem dada por Sílvio Romero, pode ser considerada como uma destacada visão sobre a importância que o autor dava ao elemento africano.

Contudo, apesar de Romero reconhecer o enriquecimento cultural trazido pelo negro, por meio da língua, da dança, das crenças e da força de trabalho, nota-se uma ambivalência em seu discurso, visto que o branco europeu era considerado, por ele, depositário de uma cultura superior às demais, e o "branqueamento", que se daria por meio da miscigenação, perduraria no desenvolvimento da mescla racial, pois reabilitaria "as raças inferiores, integradas à civilização, ao serem extintas pela mistura progressiva" (VENTURA, 1991, p. 61).

Romero adaptou as ideias cientificistas, manifestadas com entusiasmo no meio intelectual na segunda metade do século XIX, tendo como objetivo explicar a nação brasileira por meio da miscigenação, propondo o "branqueamento", por meio do qual o branco, com o

tempo, assimilaria as demais raças, consideradas, por ele, como “inferiores”. Com o indiscutível triunfo da raça branca, seria possível construir uma cultura brasileira erudita, adequando os princípios europeus aos temas locais. Ramos e Maio (2010, p. 38) esclarecem que tal teoria “não foi monopólio de Romero” fundamentada nos “princípios do evolucionismo e dos determinismos raciais”, e foi partilhada por outros pensadores nesse período. Para Skidmore (2012, p. 77), a ideologia do branqueamento entre os anos de 1880-1920 teve seu ponto alto no pensamento racial brasileiro, ganhando *status* científico, no momento em que as teorias racistas foram aplicadas para confirmar a ideia de que a raça superior branca prevaleceria no processo de fusão do europeu branco, do africano negro e do índio nativo.

Baseado em sua percepção de civilização, Romero vê a “divisão natural” da literatura brasileira em quatro momentos: *período de formação* (1500-1750), *período de desenvolvimento autonômico* (1750-1830), *período de transformação romântica* (1830-1870) e *período de reação crítica* (de 1870 em diante). Para o Romero, essa divisão “não tem esse rigor mesquinho e serve bem para indicar os grandes marcos de nossa evolução mental” (ROMERO, s. d., p. 3), e não se limita aos fatos literários, pois a “expressão literária”, para o intelectual, tem a grandeza dada pelos historiadores e críticos alemães, compreendendo “todas a manifestações da inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências...” (ROMERO, s. d., p. 4).

Coutinho (2014) afirma que, antes de Romero, a historiografia literária praticada no país era meramente descritiva, aplicando os mesmos critérios utilizados na história geral, como “repertórios biográficos, catálogos bibliográficos ou antologias de finalidade didática”. Com Romero, a historiografia literária brasileira passa a ser “encarada em bases científicas, com preocupação conceitual e metodológica, imprimindo a história literária um sentido autônomo e não apenas um reflexo das atividades gerais humanas” (COUTINHO, 2014, p. 28-29).

Bosi (2015, p. 265), ao se referir a Romero, afirma que “é forçoso o apaixonado labor histórico e crítico de Silvio que, durante mais de quarenta anos de publicações, vincou fundamente a cultura realista e nos deu bases sólidas para construir uma história literária”.

Por sua vez, Schwarcz (1993, p. 38-39), apesar de concordar que o cientificismo entrou no Brasil por meio da literatura, ao analisar o conto “O alienista”, de Machado de Assis, ratifica que essas ideias tornaram-se “moda intelectual”, desconsiderando a criatividade do autor. Percebe-se que a autora, ao afirmar que “a ciência penetra primeiro como moda e só muito tempo depois como prática e produção” (SCHWARCZ, 1993, p. 41), sugere que Machado de Assis tinha as suas razões, ao se recusar a fazer parte das ideologias oriundas da Europa, que guiavam a intelectualidade brasileira em busca de explicações para o entendimento da nação

brasileira, por meio de sua origem, peculiaridades e clima, atributos alusivos à raça (SCHWARCZ, 1993, p. 61-63). Esse foi um dos motivos que fez crescer a ira de Silvio em relação a Machado, pois esse autor não seguia os mesmos preceitos científicos praticados nos anos oitocentistas, pois sua matriz ideológica era inglesa e alemã, e não francesa como a maioria dos escritores e intelectuais da época.

Algumas contradições já podem ser percebidas em Silvio Romero, como o fato de se considerar um naturalista, mas não ser admirador de Zola (1840-1902), autor francês canonizado como o precursor do naturalismo, por meio da aplicação das ideias cientificistas da época. Tal divergência causa estranheza, já que Romero propôs-se a escrever uma história naturalista da literatura. Outro paradoxo é o fato de que o crítico não aceitava, com bom grado, a "importação" de ideias estrangeiras. Pode-se perceber a opinião do autor, quando ele afirma que

> a nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual. Todas as escolas, numa e noutra esfera, *não tem feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as ideias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão* (ROMERO, s. d., p. 40, grifo nosso).

Silvio Romero era contrário àqueles que "imitavam" modelos estrangeiros na forma de escrever e eram guiados por temas das correntes literárias europeias, as quais utilizavam personagens reais cercadas de mentiras romanescas, mostrando o desconhecimento do que era realmente o povo brasileiro, pois viviam confinados nas metrópoles. Para o crítico, a literatura "era o lugar onde se expressava e se construía a nacionalidade"[18] (RAMOS; MAIO, 2010, p. 36), ou seja, a literatura, para o autor, serviria como a porta-voz da nação. No entanto, Romero, ao empenhar-se na busca do entendimento da nação brasileira, baseou suas pesquisas em ideias europeias, moldando-as à realidade local. Seja como for, tais incoerências não tiram a importância do acervo deixado pelo crítico para pesquisa e reflexão nos dias atuais. As palavras de Sodré (2002, p. 418-419) confirmam essa afirmação: "Sua incansável atividade, sua dedicação à literatura, não ficaram perdidas. [...] [Romero] teve deficiências enormes, erros discutíveis, desvios apaixonados, que devem ser vistos à luz das condições do tempo e do meio em que trabalhou". O vasto legado, fundado sob a égide da investigação e da curiosidade, deixado por Silvio Romero, torna-o um importante colaborador na discussão sobre como e por que se promoveu o desenvolvimento e a sistematização da literatura brasileira.

[18] Cabe lembrar que essa é uma ideia do Romantismo, em que a missão dos poetas da primeira geração era construir a nacionalidade.

Diferentemente de Silvio Romero, que valorizava a mestiçagem, “tomando-a como instrumento de regeneração e constituição de uma raça e de uma cultura brasileiras” (RAMOS; MAIO, 2010, p. 38), houve uma outra personalidade intelectual que contestava tal opinião: Raimundo Nina Rodrigues. Esse autor defendia que os negros, em função de serem inferiores biologicamente, não poderiam ser tratados de igual maneira aos brancos e, portanto, seriam incapazes de se portarem como cidadãos plenos de direitos.

Raimundo Nina Rodrigues, médico, pesquisador e professor na faculdade de medicina da Bahia, é responsável pelo primeiro estudo etnográfico sobre os afro-brasileiros no Brasil (1891). Ele compactuava com a ideia do poligenismo e tratava a mestiçagem como algo negativo no processo de formação do povo brasileiro. Segundo Ramos e Maio (2010, p. 42), Rodrigues considerava que a mestiçagem levaria sempre à degradação, “uma tragédia”. Outro fator importante acerca do etnólogo e médico legal é que ele refutava a hipótese de que a mistura da raça branca, superior, com raças consideradas inferiores, indígenas e negros, levaria ao branqueamento, como acreditava o crítico Silvio Romero. Desenvolveu seus estudos inicialmente em doenças tropicais, fisiologia e, mais tarde, em medicina legal, sustentado pela antropologia física do período.

Rodrigues opôs-se aos juristas da época, responsáveis pela elaboração do Código Penal de 1894, alegando que somente os médicos “teriam o arbítrio sobre os corpos doentes, sendo que na sua interpretação, o Direito apostava em concepções ‘ultrapassadas’, como igualdade e livre-arbítrio, que levariam ao obscurantismo social” (SCHWARCZ, 1993, p. 21). Não obteve sucesso nesse ato, pois sua autoridade como médico não surtiu efeito na retificação do Código Penal de 1884, o que foi lamentado por Rodrigues, visto que, para ele,

> a concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos (RODRIGUES, 1957, p. 28).

Em obra publicada em 1894, seu primeiro livro, considerada uma das mais importantes de sua carreira, Nina Rodrigues afirmava que fazia um “estudo das modificações que as condições de raça imprimem à responsabilidade penal” (RODRIGUES, 1957, p. 27). Na referida obra, Rodrigues sugeria que a culpabilidade penal das “raças inferiores” não fosse nivelada à das “raças brancas civilizadas” (SKIDMORE, 2012, p. 104). Dessa forma, para esse autor, o conjunto formado pela “diferença de imputabilidade entre as raças”, atestada por meio

da apreciação de casos como epilepsia, histeria, neurastenia etc. (SCHWARCZ, 2012, p. 22-23), validava a hipótese da impossibilidade de aplicação das leis que formavam o código penal, de 1884, igualmente para todos os indivíduos de todas as raças. Para tal autor, tratava-se, em suas palavras, de uma "falácia da igualdade" (SCHWARCZ, 2012, p. 23).

Alcançando diversas áreas da medicina, com destaque para a medicina legal, Nina Rodrigues, segundo Ramos e Maio (2010, p. 42), aderiu a uma ciência pretensamente "livre e imparcial", reiterando a inferioridade do negro, que para ele significava um fato "determinante para atraso do país em relação a países em que predominava a raça branca". A despeito de suas afirmações sobre o lugar que ocupava o negro em suas pesquisas, mostrava empatia pela cultura africana, defendendo, na Bahia, cultos de candomblé, quando esses eram considerados ilegais pela polícia (RAMOS; MAIO, 2010, p. 42).

Hoje, percebe-se que as teorias defendidas por Silvio Romero e Nina Rodrigues foram importantes naquele momento histórico. Pode-se afirmar que o cientificismo usado pela sociologia incipiente, a fim de transformar o Brasil em um país civilizado e moderno, em um primeiro momento, tratou-se, em verdade, apenas de um modismo, pois a pergunta a ser respondida era à qual raça pertencíamos e se a mestiçagem significava ou não a degradação do povo brasileiro. A ciência progrediu, e as ideias apregoadas no final do século XIX não cabem mais como justificativas para qualquer afirmação sobre raça.

No entanto, um estudo do que foi defendido e pensado a respeito da questão racial torna-se de crucial importância à medida que permite compreender melhor hoje a formação racial-cultural do Brasil. Além disso, a produção expressiva desses autores em sua época propiciou o desenvolvimento de movimentos artísticos como o Naturalismo, bem como embasou e conversou com a produção de autores literários como Aluísio Azevedo.

3 O NATURALISMO E *O CORTIÇO*

A literatura acompanhou o novo panorama cientificista surgido na segunda metade do século XIX. Em uma sociedade "nova", baseada no modernismo filosófico-científico, não cabia mais o Romantismo, que passou a ser combatido por seu compromisso com as filosofias espiritualistas e pela idealização extrema da realidade (CANDIDO, 2010a, p. 123; CANDIDO & CASTELLO, 2001, p. 284).

Com o advento da revolução biológica alçada por Darwin, que colocou a biologia como diretriz do pensamento, os amores impossíveis, o individualismo, o saudosismo e o excesso de sentimentalismo já não poderiam mais fazer parte da literatura, pois a sociedade passou a ser vista "sob o influxo da biologia, como um organismo composto de células em funcionamento harmônico e obedecendo as leis biológicas de crescimento e morte" (COUTINHO, 1969, p. 4). Para que tal visão fosse levada adiante, o Romantismo não poderia ser aceito da maneira como era cultivado. Percebe-se que um novo espírito literário apresentava oposição ideológica e estética ao Romantismo, e foi chamado de Naturalismo.

Para Coutinho (1969, p. 8), a etimologia de Naturalismo

> é formada de *natural+ismo*, significando em filosofia, a doutrina para a qual a realidade nada tem um significado supernatural, e, portanto, as leis cientificas, e não as concepções teológicas da natureza, é que possuem explicações válidas. Em literatura, é a teoria de que a arte deve conformar-se com a natureza, utilizando-se dos métodos científicos de observação e experimentação no tratamento dos fatos e das personagens.

Em conformidade com Iglésias et al. (2002, p. 353), a ficção brasileira ancorada no Naturalismo apresenta "os sentimentos e a conduta dos personagens relacionadas com os fatores do meio, da herança, dos instintos, que os condicionam segundo um determinismo mais ou menos rígido". Hoje é possível afirmar que essas ideias eram racistas e xenofóbicas, mas, à época e para o cânone da literatura brasileira, houve um efeito colateral positivo: as obras do Naturalismo representaram muitos perfis identitários importantes para a brasilidade, como a mestiçagem, os negros, a degradação de europeus, a homossexualidade, entre outros. Essa representação é particularmente forte em um dos grandes clássicos da literatura brasileira, *O cortiço*, foco deste estudo.

3.1 O NATURALISMO

Como já brevemente apontado no subcapítulo 2.1, o Naturalismo surgiu no Brasil em um período em que o país experimentava um intenso movimento político, econômico e social marcado pela Lei do Ventre Livre (1871), pela Questão Religiosa (1874), pela libertação dos sexagenários (1885), pela Abolição (1888), pela República (1889), pela primeira constituição Republicana (1891), entre outros fatos que promoveram importantes alterações na vida nacional brasileira, incluindo a literatura. O Realismo, que se apoia nas "impressões sensíveis, escolhe a linguagem mais próxima da realidade, da simplicidade, da naturalidade"[19] (COUTINHO, 1969, p. 8), atingiu o Naturalismo que, conforme Verissimo (1963, p. 258), foi "um levante contra o romantismo", tentando apagar o subjetivismo romântico pela utilização das ideias cientificistas difundidas na época. Outros autores também apresentam seus conceitos acerca do Naturalismo, como verifica-se a seguir.

Pereira (1988, p. 30) afirma que nesse novo conceito acerca da realidade, experimental e científica, "o romance adquiriu a todos os olhos importância e dignidade, deixou de representar um passatempo da categoria dos bordados. Já não precisaria reger pelas preferências e melindres femininos"[20]. A realidade seria criticamente observada, desejando-se, cada vez mais, impessoalidade e objetividade, seguindo os métodos da pesquisa científica. Aos poucos, a literatura passou a registrar esse pensamento inovador, tentando aproximar a representação artística da verdade social como um novo argumento para explicar as diferenças internas da sociedade.

De acordo com Candido (2010b, p. 107), a obra literária no Naturalismo "era essencialmente uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto". Ratificando a afirmação de Candido, Mérian (2013, p. 508) afirma que Aluísio Azevedo realmente alugou um cômodo em um cortiço com o propósito de vivenciar o dia a dia de seus moradores e, assim, documentou, bem ao estilo naturalista, sua experiência vivida no lugar, com o intuito de narrar o mais fidedignamente a composição de sua obra *O cortiço*.

A obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, é considerada a melhor e mais bem-acabada representação naturalista no Brasil (MONTELLO, 1963; SODRÉ, 1969; PEREIRA, 1988;

[19] Em conformidade com outros intelectuais.
[20] A autora sutilmente apresenta a mulher relegada a "bordados" e às leituras de romances água com açúcar, confiada a sua sala de jantar, à mercê do arbítrio patriarcal (PEREIRA, 1988).

COUTINHO, 2001; IGLÉSIAS et. al., 2002; CANDIDO, 2010a). Émile Zola (1840-1902), escritor francês, foi uma das grandes influências da obra aluisiana e de toda uma geração, responsável pelo principal texto a respeito do romance naturalista – *O romance experimental* (1880).

Nesse ensaio, Zola reivindica para a literatura uma abordagem objetiva, distante do subjetivismo romântico que marcara toda a primeira metade do século XIX. O escritor propunha que o naturalismo francês fosse a "tradução literária do experimentalismo nas ciências biológicas". Seu mestre foi Claude Bernard (1813-1878)[21], patriarca da biologia francesa. Em sua obra *O romance experimental,* Zola basicamente fundiu os princípios científicos e a teoria literária (BOSI, 2012, p. 263). Estritamente documental, importava aos escritores o momento imediato de seu tempo, pois ambicionavam aprofundar a reflexão sobre os principais temas da sociedade de sua época.

N'*O romance experimental,* Zola explica seus pressupostos para realizar uma obra de ciência, na qual o romance deve espelhar o novo mundo por meio dos métodos, sendo o determinismo científico sua principal ferramenta. O autor propõe que o romance seja franco e objetivo em sua forma de apresentar a realidade social, seguindo a trilha do biologismo, incluindo, também, os fenômenos patológicos e a vida sexual. Do ponto de vista de Zola (s. d., p. 64),

> só o método experimental pode tirar o romance das mentiras e dos erros em que se arrasta. Toda a minha vida literária foi dirigida por esta convicção. Não dou ouvidos à voz dos críticos que me pedem para formular as leis da hereditariedade nas personagens e as da influência dos meios. Os que me fazem estas objeções negativas e desencorajadoras, dirigem-nas a mim apenas por preguiça de espírito, por teimosia na tradição, por apego mais ou menos consciente a crenças filosóficas e religiosas.

Para Zola (s. d., p. 65) a imaginação, pressuposto do Romantismo, não servia mais para dar conta de uma sociedade debilitada, e a sua cura seria o comprometimento com a real observação, a análise.

Silvio Romero, em sua obra *Naturalismo em literatura* (1882, p. 13-14), alega, entre outras coisas, que Zola tem uma visão limitada, preocupando-se mais com seus romances do que com a ciência, e acrescenta que na verdade foi Taine o responsável pela crítica científica, e não Sainte-Beuve, como afirma Zola. Outros intelectuais, entre eles José Verissimo (1857-

[21] Dimas (1980, p. 222) afirma que, de acordo com a Enciclopédia Mirador Internacional, Claude Bernard foi um fisiologista francês que criou novos métodos de experimentação de extrema importância para seus estudos. Tornou-se famoso por suas pesquisas sobre fisiologia da digestão e o sistema nervoso, confirmando que as doenças em geral são anomalias do funcionamento dos órgãos. Até hoje, é considerado um dos grandes fisiologistas. Baseou a sua obra na pesquisa metódica, exame minucioso e investigação criteriosa dos fenômenos biológicos.

1916), também contestaram as ideias de Zola. Para esse autor, apesar de Zola ter trazido à ficção brasileira "sentimento da realidade", "maior interesse humano", "inteligência mais clara dos fenômenos e da alma individual", "uma representação menos defeituosa da nossa vida", seu maior demérito foi a "vulgarização da arte que em si mesmo trazia" (VERISSIMO, 1963, p. 260). Ainda de acordo com Verissimo, o autor que melhor representou os princípios naturalistas no Brasil foi Aluísio Azevedo, autor da obra *O cortiço*, objeto de estudo desta dissertação.

Princípios como o empirismo, o vocabulário científico, a união entre ciência e arte, as modernas teorias da natureza, a redução do homem ao nível animal, além da consciência social, foram os aliados do Naturalismo que, por conseguinte, evitava a excessiva personalização operada durante o Romantismo. A grande diferença entre esses dois movimentos, que muito influenciou a cultura ocidental, foi o primado das ciências exatas sobre a descrição artística dos fatos. Mérian (2013, p. 477) afirma que, no Brasil, as teorias de Zola povoavam a imprensa, por meio de Silvio Romero, José Veríssimo, Valentim Magalhães e Araripe Júnior, entre os anos de 1881 e 1889.

As polêmicas entre esses intelectuais, para Ventura (1991, p. 11), apresentam ainda hoje questões contemporâneas na crítica literária, como "o predomínio da história ou da estética na interpretação literária, o destaque dos fatores extrínsecos ou intrínsecos da obra, a análise do tema e conteúdo ou da forma e linguagem, o conceito genérico ou específico de literatura". Constata-se a relevância dos estudos realizados no século XIX, por tais sujeitos, para a interpretação da sociedade brasileira baseada na escala racial, predominante no ideário do período.

Aluísio Azevedo, importante preposto naturalista, anos após ter se distanciado da vida literária, então cônsul em Vigo, confidenciou a um amigo, o que pensava sobre a sua obra. Inicia-se, dessa forma, o desabafo que, segundo seu interlocutor, era "contrito" e "desconsolado": "[...] Eu obstinei-me em querer fazer arte com as realidades mais vulgares da vida, e desacreditava a espécie humana, esquecendo o anseio de ideal que agitava e que já produzira um Sócrates, um Platão, um Cristo, um São Francisco de Assis e um Dante" (DIAS apud MARTINS, 2010, p. 375).

Tal afirmação sugere1q que o escritor reavaliou sua obra baseada na autenticidade, impessoalidade e objetividade, almejada pelas ideias cientificistas apregoadas durante o Naturalismo.

3.2 *O CORTIÇO*: A OBRA E SEU CONTEXTO

Devido à expansão urbana, já mencionada no subcapítulo 2.1, criou-se um imenso problema de acomodação para o contingente humano, e a solução encontrada recaiu na criação de cortiços. Baseando-se nesse contexto, Aluísio Azevedo constrói seu romance influenciado pelas ideias cientificistas. *O cortiço* pode ser considerada uma das primeiras obras que dá visibilidade à figura do trabalhador, apresentando o urbano com seus grupos populares como personagens em sua narrativa. A ocupação do espaço representado era, basicamente, composta de operários, cavouqueiros[22], malandros, imigrantes, comerciários, lavadeiras, prostitutas, soldados e desempregados. Esses pertencem a diversas raças – brancos, negros, mestiços –, revelando uma multiplicidade étnica e social que compõe a Estalagem São Romão. O principal objetivo desses ocupantes era a sobrevivência econômica, entregando-se à dura labuta diária na venda, nas tinas de roupas, na pedreira ou na feira, apesar das rigorosas condições de existência naqueles aglomerados coletivos sem as mínimas condições habitacionais.

Dentre as principais personagens da obra, está João Romão, um ganancioso comerciante de origem portuguesa, que possui uma pedreira, uma taverna e um terreno, onde constrói casinhas de baixo custo para alugar, como se observa no seguinte trecho do romance:

> Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem. [...] As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia: tudo pago adiantado. O preço de cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar. [...] Mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, ou um canto que coubesse um colchão, surgia uma nuvem de pretendentes a disputá-los (AZEVEDO, 2014, p. 60-61).

Além da denúncia social, por meio da exploração econômica e do desvario presente no cortiço, seus habitantes são representados como brutos, primitivos, beirando a animalidade que, de acordo com os princípios naturalistas, são movidos pelo determinismo do meio e dos instintos. Desumanizados por um ambiente indigno, os habitantes do cortiço São Romão são representados com seus instintos mais bestiais, focalizados em crimes, adultério, prostituição, alcoolismo e violência. As personagens são comparadas, em sua brutalidade, a animais – zoomorfismo[23] –, conforme é possível verificar no trecho a seguir:

---

[22] Trabalhadores da pedreira.

[23] "A zoomorfização do romance naturalista expressa uma maneira de ver a condição humana. [...] sob o ponto de vista em que se coloca o narrador, não apenas para contar os dramas de suas personagens, mas também explicar em que medida o seu comportamento é condicionado por fatores biológicos e genéticos." (FATIGATTI, 1980, p. 25).

> E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brota espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. [...] As corridas até à venda reproduziam-se, transformando-se num verminar constante de formigueiro acanhado. [...] Da porta da venda que dava para o cortiço iam e vinham como formigas, fazendo compras (AZEVEDO, 2014, p. 61-79).

Valendo-se dos preceitos naturalistas, o narrador apresenta suas personagens influenciadas pelo meio (o fator social), pela raça (fator biológico, genético), e pelo momento (fator histórico). O predomínio dos instintos, a sensualidade da mulher mestiça e a natureza tropical da cidade do Rio de Janeiro vão moldando as ações de seus habitantes.

Jerônimo é um bom exemplo dessa transformação. Português de caráter sério, trabalhador dedicado e com costumes trazidos de sua terra, ele acabou cedendo aos encantos da *terra brasilis*. Trocou o vinho pela cachaça, a guitarra pelo violão, o fado pelo samba e a esposa portuguesa pela sensual e encantadora mulata Rita Baiana, símbolo de uma vida desregrada e dominada pela luxúria. De acordo com o narrador, o português é vencido pela "realidade" brasileira. A perfeita oposição entre a força da natureza da América e a fragilidade da natureza europeia é demonstrada no trecho a seguir:

> Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia a dia, hora a hora, eviscerando-lhe o corpo alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisália. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam. [...] tornara-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso, resignando-se vencido às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio, entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros. [...] e Jerônimo abrasileirou-se (AZEVEDO, 2014, p. 165-166).

Ao contrário de seu conterrâneo, João Romão, homem trabalhador e mesquinho, torna-se rico à custa de meios ilícitos. Amasia-se com Bertoleza, escrava fugida, apropria-se de suas economias, com a falsa promessa de que compraria sua alforria. Apossa-se de um pedaço de terra para iniciar seu negócio, roubando material de construção para edificar casinhas simples, a fim de alugá-las para pessoas de baixa renda. Dessa maneira, inicia-se o processo de enriquecimento. Percebe-se a aparência física e psicológica de João Romão representada por meio da caracterização que o narrador faz dessa personagem, como segue:

> Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. De suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria; as suas galinhas produziam muito e ele não comia ovo, do que, no entanto, gostava imenso; vendia-os todos e

> contentava-se com os restos de comida dos trabalhadores. Aquilo já não era ambição, era moléstia nervosa, uma loucura, um desespero de acumular, de reduzir tudo a moeda. E seu tipo baixote, socado, de cabelos à escovinha, a barba sempre por fazer, ia e vinha da pedreira para a venda, da venda às hortas e ao capinzal, sempre em mangas de camisa, de tamancos, sem meias, olhando para todos os lados, com o seu eterno ar de cobiça, apoderando-se, com os olhos, de tudo aquilo de que ele não podia apoderar-se logo com as unhas (AZEVEDO, 2014, p. 57-58).

Dessa forma, o sovina João Romão, após muito economizar, consegue enriquecer. Seu vizinho Miranda, um representante da burguesia ascendente do século XIX, era invejado por Romão. Desafetos durante toda a trama, os interesses mútuos passam a aproximá-los. Miranda vê-o como um homem de posses, rico, um bom partido para a sua filha Zulmira, enquanto João Romão vê a possibilidade, tão almejada durante toda a sua vida, de tornar-se um aristocrata por meio do casamento com a filha do Barão. Assim, o então "vendeiro" alcança sua meta tornando-se um Visconde.

Bertoleza, mulher forte e ambiciosa, que até então havia servido de meio para a febril busca da ascensão de João Romão, ao final, por não servir mais aos interesses desse português avarento, depara-se com seus antigos donos que vieram restituí-la à senzala. Sem pensar, suicida-se com a faca que utilizava para limpar peixe. Romão, que já estava de casamento marcado com a filha de seu vizinho Barão Miranda, precisava de qualquer maneira livrar-se daquela "negra desprezível". Desse modo, envia uma carta para os antigos donos de Bertoleza, avisando-os de seu paradeiro. O trecho a seguir é elucidativo:

> Bertoleza, que havia feito subir o jantar dos caixeiros, estava de cócoras no chão, escamando peixe, para a ceia do seu homem, quando viu parar defronte dela aquele grupo sinistro. Reconheceu logo o filho do seu primitivo senhor, e sentir um calafrio percorreu-lhe o corpo. [...] adivinhou que tinha sido enganada; que sua carta de alforria era de mentira, e que seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativeiro. [...] Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certeiro e fundo, rasgara o ventre de lado a lado (AZEVEDO, 2014, p. 375).

Esse desfecho narra, na ficção, a revolta negra ao sistema escravista. Segundo Pereira (1988, p. 153), o romance deveria ter terminado conforme acima descrito e foi uma pena que Aluísio julgasse "necessário forçar a nota dramaticamente irônica, fazendo chegar uma comissão de abolicionistas para entregar a João Romão o diploma de sócio benemérito de sua sociedade". Já no ponto de vista de Mérian (2013, p. 529), o desfecho do romance "tem por finalidade desmitificar certos abolicionistas e lembrar que os oportunistas e os hipócritas tinham sido, nos últimos anos, tão numerosas quanto as pessoas sinceras". Na verdade, o narrador, mais vez, emprega a ironia para finalizar o seu enredo. Aproveita os últimos momentos para zombar

do português, demonstrando um certo antilusitanismo latente que perpassa a narrativa, dando a impressão de que isso o diverte.

Fatigatti (1980, p. 214) esclarece que o discurso de João Romão não é somente em relação à Bertoleza, mas diz respeito a todos que residiam no cortiço, que eram, também, vítimas de sua ganância por se tornar rico e ascender socialmente. De acordo com o autor,

> […] o cortiço, espaço físico dos acontecimentos narrados, ganha dimensão maior dentro do enredo, que é significar o espaço das relações sociais que determinam o comportamento das personagens: é *no cortiço* e *por meio do cortiço* que João *por causa* do que o cortiço representa para João Romão que Bertoleza se degrada; é *no cortiço* e *pelas* influências do cortiço que Jerônimo se transforma e adquire uma certa identidade brasileira (1980, p. 214, grifos do autor).

Aluísio tinha em mente um grande projeto para representar a sociedade brasileira, que compreendia o nascimento do Império até a sua ruína, pressentida por ele. Porém, *O cortiço* foi a única obra executada nesse sentido (PEREIRA, 1988, p. 155). Um esboço desse planejamento foi apresentado em um número de *A Semana*, em outubro de 1885:

> A obra que preocupa, agora, o espírito do nosso romancista e será talvez o seu trabalho de maior fôlego tem por título "Brasileiros Antigos e Modernos" e consta de cinco livros, do tamanho de Casa de Pensão, a saber: O cortiço, A Família Brasileira, O Felizardo, A Loreira, A bola Preta. Apesar de ter trabalhado vários anos reunindo informações e documentos necessários para a sua realização, somente O homem (1887) e O cortiço (1896) foram escritos, porém com alterações em relação ao projeto inicial (MÉRIAN, 2013, p. 508).

Segundo Mérian (2013), as personagens presentes na obra *O cortiço* evidenciam as classes sociais da época, como a burguesia mercantil, os portugueses imigrados e as camadas populares, compostas por mestiços, brancos e negros. A visão sociológica da vida do cortiço, ainda de acordo com o autor (2013, p. 506), tem um valor documental, pois aborda o problema das relações econômicas, sociais, raciais, entre operários e a burguesia no final do século XIX. Do ponto de vista de Pereira (1988, p. 155):

> Esse pendor para o espetáculo das massas, raríssimo em nossa literatura, fez com que a personagem coletiva do cortiço fosse a única que Aluísio Azevedo conseguiu fixar para sempre. Ressoante de cantigas e rixas, cheirando a comida e a roupa lavada, ele representa alguma coisa mais do que a soma de vidas humildes que abriga; é um pedaço do Rio, e um momento de sua evolução que se perpetua neste livro.

Candido (2010b) também expressa sua opinião no ensaio "De cortiço a cortiço", destacando que nessa obra encontra-se a influência de Zola adaptada à observação do real praticada por Aluísio. Em países subdesenvolvidos, continua Candido, a construção de um

universo ficcional coerente passa tanto pela influência de textos dos países europeus, quanto pelas questões da realidade mais imediata. Essa dialética é responsável pela boa construção ficcional do romance do autor maranhense. O crítico acredita que tal obra seja uma verdadeira miniatura do Brasil e dos grandes temas da sociedade oitocentista, pois, em nenhuma outra obra, até então, os tipos raciais brasileiros tinham aparecido vivendo em íntima coexistência. O autor alega que a comunidade representada no cortiço acaba definindo o "mesmo tecido social que compunha o país" (2010b, p. 119). No ponto de vista de Candido,

> […] o romancista traduz a mistura de raças e sua convivência com a promiscuidade da habitação coletiva, […] onde brancos, negros e mulatos eram igualmente dominados e explorados por esse bicho papão dos jacobinos, o português ganhador de dinheiro, que manobra tantos cordéis de ascensão social e econômica nas cidades (CANDIDO, 2010b, p. 119).

João Romão representava o português ambicioso e explorador e sua força é tão intensa quanto a força que o meio desempenha sobre os habitantes do cortiço. Embora ele trabalhasse de sol a sol, de tamancos, em mangas de camisa, dormindo em um balcão da venda e se alimentando de restos, em nenhum momento ele deixa de ser o branco superior. Como afirma Candido (2010b, p. 121), "aquilo que é condição de esmagamento para o brasileiro seria a condição de realização para o explorador de fora, pois a pobreza e a privação foram as melhores e mais seguras fontes de riqueza". Bertoleza era a representação da escrava que se amasiou com o branco, por considerá-lo de uma raça superior, portanto, com maiores possibilidades de adquirir o *status* econômico e social ambicionado.

A diferença entre João Romão e Bertoleza é que, apesar de estarem juntos e na luta dura e diária, "o negro escravo e depois liberto era de fato confinado sem remédio às camadas inferiores […] enquanto o português podia eventualmente acumular dinheiro, subir e mandar no país meio colonial" (CANDIDO, 2010b, p. 113). Rita Baiana representa o mestiço e a sensualidade brasileira, que, tal qual Bertoleza, trocou o companheiro negro Firmo pelo português Jerônimo. Esse não resistiu ao meio nem aos braços de Rita e, diferentemente de seu compatriota, o dono do cortiço, ele é o "português que chega e é vencido pelo meio" (CANDIDO, 2010b, p. 114).

Dessa forma, pode-se depreender que Aluísio Azevedo traz à tona, n'*O cortiço,* não somente o recém-chegado cientificismo, denominado "naturalista", mas, principalmente, uma crítica ao sistema capitalista, em que o meio e a força do branco colonizador reinam contra o negro e o pobre, pois sua natureza não lhes permite avançar e vencer. A obra revela a exploração

que a maioria dos portugueses praticava no Brasil e foi considerada na época como uma agressão contra eles (MÉRIAN, 2013, p. 528).

A publicação de *O cortiço*, em 1890, traduz muito sobre seu contexto de enredo. Segundo Mérian (2013, p. 509),

> Logicamente, seguindo os preceitos do naturalismo, ele se interessa por uma realidade contemporânea. O cortiço é apresentado numa época imediatamente anterior à publicação do romance. Já que o fato era perceptível para os leitores de então, Aluísio não insiste no fato. Ele não fornece nenhuma data precisa, mas se refere a certos episódios que bastariam para situar a época na qual a ação se desenvolve. Assim, a evocação rápida do passado do velho Botelho, sua riqueza na época da guerra do Paraguai, sua hostilidade contra a Lei do Ventre Livre de 1871 permitem-nos dizer que a ação do romance se desenvolve entre os anos 1872 e 1880, ou seja, quase quinze anos antes da realização do romance.

Portanto, infere-se que a narrativa ocorre em tempos de explosiva discussão em prol da abolição da escravatura, que ocorreria em 1888. Mesmo após a Lei Áurea, os negros tinham escassas oportunidades de trabalho, pois a primeira opção eram os imigrantes brancos para a realização do trabalho nas áreas mais importantes da economia. Tal fato gerou uma forte desigualdade social da população negra. Como descrito por Fausto (2014, p. 125), em parte pelo preconceito contra o negro, principalmente “nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, útil quando subserviente ou perigoso por natureza, ao ser visto como vadio e propenso ao crime”. Nota-se, infelizmente, que essa afirmação, passados mais de duzentos anos, ainda é atual, uma vez que parte da população brasileira parece continuar a reproduzir esse discurso.

4 REGIÃO E REGIONALIDADE(S) EM *O CORTIÇO*

Neste capítulo, serão analisadas as especificidades culturais apresentadas na narrativa de *O cortiço*. Com isso, tenciona-se verificar como a obra ficcional, embebida pelos discursos cientificista e naturalista, representa a formação citadina do Rio de Janeiro do século XIX. Muitas análises defendem que Aluísio Azevedo cunha um microcosmo que espelha todo o Brasil; propomo-nos, aqui, a entender que se tratam de dois espaços – cortiço e sobrado – edificados com regionalidades díspares que, historicamente, são formadoras de uma identidade cultural específica.

Destaca-se, neste capítulo, o papel desempenhado pelo cortiço e pelo sobrado como regiões culturais demarcadas por um profundo abismo social. Nota-se que a narrativa abarca dois grupos dialeticamente opostos, configurados sob as lentes do determinismo, segundo o qual o sujeito é meramente um animal, cujo destino, inevitavelmente, é determinado pela hereditariedade, pela ambiência social e pelo seu contexto histórico. Pode-se inferir que, juntos, esses espaços, arquitetônicos e sociais, simbolizam, ficcionalmente, o processo de transformação urbana e social, ocasionados pela transição de uma sociedade agrária, latifundiária, escravista e aristocrática para uma sociedade burguesa e urbana.

Historicamente, como visto no Capítulo 2 da presente pesquisa, tais fatos causaram mudanças significativas de ordem social e econômica, reformulando o posicionamento da *intelligentsia* brasileira na busca da compreensão de quem formava o povo brasileiro e qual era a sua identidade, distinguindo seus traços culturais típicos.

Parte-se do pressuposto de que o cortiço e o sobrado representam espaços socioculturais que apresentam marcas de regionalidades, especificidades culturais caracterizadas por meio das questões sociais, econômicas e raciais, configuradas, de um lado, pela classe operária, e, por outro, pela burguesia.

4.1 REGIONALIDADES CULTURAIS

Os dicionários de Língua Portuguesa, tais como Aurélio, Houaiss, Michaelis, Priberam, até o momento, não registram o termo *regionalidade* como um conceito autônomo. Contudo, seu uso vem ganhando espaço nos estudos literários, principalmente naqueles desenvolvidos no Brasil e na Alemanha, dos quais temos conhecimento. Circula como *Regionalität*, em alemão; *regionality*, em inglês; *regionalidad*, em espanhol; e *regionalità*, em italiano.

Como a própria palavra indica, *regionalidade* está diretamente conectada à ideia de *região*. Ambos os conceitos correlacionam-se, embora o primeiro, em estudos literários, seja uma teorização relativamente recente a respeito do segundo. Assim, é preciso revisitar o conceito de região, a fim de desmistificar a crença popular de que ela é apenas uma construção física, proveniente, principalmente, da geografia.

Dessa forma, iniciemos com as reflexões feitas por Pozenato. Para o autor, a região "é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências" (POZENATO, 2003, p. 50). Vemos, então, que uma região não é apenas um espaço geográfico, mas, também, cultural, uma vez que seu recorte é estabelecido por meio da influência antropológica, e não apenas natural. A paisagem é determinante para a maneira como certa comunidade comporta-se e a ela se adapta; contudo, a cultura e as decisões fronteiriças não são completamente dependentes da paisagem, e o conceito de região engloba essas características simultaneamente.

Constatamos, assim, que "a região não é pois, na sua origem, uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade" (POZENATO, 2003, p. 150). Interesses sociais, econômicos e políticos estão quase sempre imbricados na delimitação de uma região. Assim, ainda de acordo com o autor, "a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço natural, com fronteiras naturais, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais de diferentes ciências" (POZENATO, 2003, p. 150). Conceituar região significa, então, superar uma concepção simplista provinda da geografia tradicional e entendê-la de maneira complexa, levando em conta também a geopolítica, a história e a cultura dos locais.

Nesse sentido, Pozenato ainda afirma que

> a idéia de região como um espaço natural talvez tenha surgido a partir de sua utilização pela Geografia. A Geografia Física circunscreve territórios em função da paisagem, como se dizia antigamente, ou seja, da Meteorologia, da Hidrologia, da Topografia, da vegetação etc. A Geografia Humana define os espaços regionais também com critérios objetivos, fornecidos pela História, pela Etnografia, pela Lingüística, pela Economia, pela Sociologia. Como nem sempre esses critérios coincidem, é possível falar de região histórica, região cultural, região econômica e assim por diante, com fronteiras distintas no mesmo território físico (POZENATO, 2003, p. 151).

Com isso, o autor mostra que a região é construída de maneira simbólica. Ou seja, sua origem parte de um recorte humano, como já visto, e não apenas de um dado da natureza. Se pensarmos na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, popularmente conhecida como RCI, veremos que seu recorte, feito por Frosi e Mioranza (1975), diz respeito

ao conjunto de municípios que foi colonizado por imigrantes italianos no final do século XIX. Apesar disso, a Serra Gaúcha, aparentemente tida como região puramente natural, uma vez que a forma geográfica parece ter sido o que mais influenciou a sua criação, também pode ser vista como uma região cultural, porque, mais uma vez, sabemos que ela foi criada a partir da ação humana. Por isso, o conceito de região ultrapassa as categorizações meramente geográficas, de clima e relevo, por exemplo. Além disso, as decisões políticas que envolvem municípios e estados e suas fronteiras, embora muito importantes para a constituição de uma região, não são suficientes para encerrá-la; é possível, inclusive, ver regiões entrecruzadas em espaços culturais adjuntos.

A região, ainda, pode estar vinculada à identidade cultural existente em determinado local. Acerca disso, Berumen (2003, p. 52) reflete que

> la región, por tanto, no se encuentra nunca desligada de la existência de una determinada identidad cultural y que, afincada en el territorio y en la tradición histórica, expresa la manera cómo una comunidad se reconoce y se manifesta. Existe a través de un sentimiento de pertenencia que se expresa en una identidad regional (BERUMEN, 2003, p. 52).

Usando o mesmo exemplo, podemos pensar sobre o fato de existirem, em Caxias do Sul, uma identidade cultural (e também regional) gaúcha e outra italiana. Músicas, culinária, costumes, hábitos, vestimentas e outros itens convivem em um único espaço, mesmo pertencendo a grupos culturais distintos: o gaúcho e o italiano – esse último trazido para a região com a imigração.

Percebemos, assim, que um mesmo espaço pode pertencer a mais de uma região. Nos exemplos apresentados, vemos que parte da RCI coincide com a Serra Gaúcha. O município de Caxias do Sul, por exemplo, está inserido em ambas as regiões (e pode inclusive ser tido como uma região independente, formada por sua sede municipal e suas regiões administrativas). Sobre essa flexibilidade, Joachimsthaler (2009, p. 40) afirma que

> uma região é, portanto, "simplesmente" uma condensação de espaço cultural (mais de uma pode se sobrepor em um só local) usada por indivíduos como motivo para a construção de identidades regionais, no que elas atribuem um sentido para a identificação de caráter identitário aos espaços.

Desse modo, novos olhares, direcionados a novas necessidades – geográficas, culturais, históricas, políticas, sociais, entre outras – podem dar origem a novas regiões. Ainda de acordo com Pozenato (2003, p. 152), "uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com

o tipo, o número e a extensão de relações adotadas para defini-la." Na obra *O cortiço*, a região é representada e estabelecida mediante as relações humanas multiculturais ali presentes.

Essas "relações" existentes nas regiões que as compõem, de acordo com Pozenato (2003), dão origem ao termo abordado no primeiro parágrafo deste capítulo: a regionalidade. Esta pode ser entendida "como simplesmente um *feixe de relações* a partir do qual se estabelecem outras relações, tanto de proximidade como de distância" (POZENATO, 2003, p. 157). São essas características, então, formadas a partir de relações, que remetem à ideia de regionalidade.

O mesmo autor ainda faz uma distinção entre os termos *regionalidade*, *regionalismo* e *regionalização*. De acordo com ele, devido à proximidade semântica existente entre essas palavras, elas podem ser facilmente confundidas e, dessa forma, é preciso entender suas definições.

Para Pozenato (2003, p. 153), o regionalismo funciona por meio da força simbólica, principalmente, da língua (ou de um dialeto). Cria-se um espaço com base na exclusão ou na exclusividade. Regionalismo é uma escolha ideológica que envolve a busca por elogiar ou definir uma região em oposição a outras; trata-se de uma característica comum a diversos momentos literários, como, por exemplo, o Romantismo, o Realismo e o Modernismo, que, como visto, de diferentes maneiras, buscavam reafirmar as características intrínsecas do ser brasileiro e das macrorregiões do Brasil.

Por sua vez, a regionalização funciona como "um programa de ação voltado para o estabelecimento ou o reforço de relações concretas e formais dentro de um espaço que vai sendo delimitado pela própria rede de relações operativas que vai sendo estabelecida" (POZENATO, 2003, p. 153). O conceito está, pois, conectado à ideia da formação e manutenção política de determinado território e sua respectiva identidade cultural, como funcionou e vem funcionando com as decisões estatais a respeito da centralização da identidade brasileira, da identidade gaúcha etc. Isso pode ser visível em políticas educacionais, em nomes de lugares públicos e até mesmo na produção artística e literária.

Por fim, a regionalidade diz respeito às relações culturais de determinada região. Trata-se de um conjunto de características que deixam explícitas as identidades culturais ou regionais que podem ocorrer concomitantemente em determinado espaço. Portanto, o conceito de regionalidade difere dos anteriores, para Pozenato, por não ser prescritivo.

Arendt (2012, p. 89) afirma que uma região tem o potencial de apresentar características "díspares e conflitantes", e pensa que o conceito deva ser mais comumente usado no plural: regionalidades. Na mesma esteira de ideias, Haesbaert (2010, p. 8) também apresenta uma

conceituação do termo. Para ele, a regionalidade está relacionada à propriedade ou qualidade de ser regional. Contudo,

> "ser", aqui, não no sentido ontológico de um "fato" regional bem definido e autoevidente. A regionalidade envolveria a criação concomitante da "realidade" e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas (HAESBAERT, 2010, p. 8).

Percebemos que o autor atribui ao conceito de regionalidade as propriedades do "ser" regional. Assim, tudo aquilo que constituiu uma região e a difere de outra pode ser entendido como uma regionalidade. Arendt (2012, p. 90) simplifica: "regionalidades são, assim, especificidades que integram e constituem uma paisagem natural – e aqui entendemos a região não como espaço limitado do ponto de vista dos seus significados, mas, ao contrário, como paisagem ampla, como potência cujo valor final é de precisão difícil". De acordo com essa visão, as regionalidades são intrínsecas às regiões culturais.

Ao mesmo tempo em que elas existem para construir a região, servindo como item unificador, também se prestam para diferenciá-la das outras, ocupando um papel de exclusão. Ainda segundo Arendt (2012, p. 89), "uma região cultural é composta por especificidades (assim, no plural) materiais e imateriais – regionalidades que armam um tecido complexo e flexível, o qual se mostra sempre outro a cada novo olhar". Ou seja, torna-se difícil lidarmos com apenas uma regionalidade ligada a um determinado espaço.

A partir disso, no subcapítulo 4.2, apresentado a seguir, buscaremos apontar quais são as regionalidades, isto é, as características do "ser" regional, vinculadas aos personagens e aos comportamentos mais evidentes no espaço ficcional construído e apresentado na obra *O cortiço*, foco desta análise, além de outras questões, como o determinismo.

4.2 DETERMINISMO E REGIONALIDADES NO CORTIÇO E NO SOBRADO

Inicialmente, na obra em análise, o próprio cortiço pode ser visto como um personagem coletivo, protagonista do enredo. De acordo com Bosi (2015, p. 201), Aluísio Azevedo "ateve-se à sequência de descrições muito precisas onde cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista". Dessa forma, não surpreende que o ambiente do romance seja marcado por um crescente movimento, como se pode observar no seguinte trecho:

> Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas.
> Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentiam ainda na indolência de neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loura e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia.
> A roupa lavada, que ficara de vésperas nos coradouros, umedecia o ar e punha-lhe um fartum acre de sabão ordinário. As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e em alguns pontos azulada pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulações de espumas secas (AZEVEDO, 2014, p. 77).

O cortiço, de fato, em momentos assim, comporta-se como personagem da obra, devido à personificação empregada pelo narrador. Trata-se, primordialmente, do espaço central da narrativa. O cortiço, a princípio nomeado Estalagem São Romão, é um espaço geográfico e social, dentro do qual pessoas vivem e comportam-se de maneiras específicas, de acordo com suas heranças sócio-históricas e tradições, influenciadas, muitas vezes, pela miscigenação discutida nos anos 1800.

Ressalta-se, nesta análise, o papel desempenhado pelo cortiço e pelo sobrado como espaços simbólicos divididos por um enorme abismo social. De um lado, estão os personagens marginalizados pelo meio (social), pela raça (etnia) e pelo momento (histórico), e, do outro, o comendador Miranda, simbolizando a burguesia, o qual, do alto de seu sobrado, invejava as posses que, dia a dia, acumulava seu compatriota João Romão: "aquele tipo! um miserável, um sujo, que não pusera nunca um paletó, e que vivia de cama e mesa com uma negra! [...] que fizera fortuna, sem precisar roer nenhum chifre" (AZEVEDO, 2014, p. 63-64). Assim, deduz-se que o narrador interfere de modo irônico em algumas passagens, como na caracterização de João Romão, por meio dos adjetivos "sujo" e "miserável", já mencionados, ao que tudo indica, por seu "antilusitanismo" velado, pois classifica o português como o explorador, que vem para Brasil prosperar e ascender na escala social.

A esse respeito, Ortiz (2006, p. 39) assevera que "Aluísio apresenta João Romão com grande desprezo". Na verdade, a personificação do vendeiro na narrativa mostra seu caráter ávido e cobiçoso, que faz e se sujeita a qualquer coisa para ascender econômica e socialmente. Candido (2010b, p. 110) também se manifesta sobre a ascensão febril de João Romão, suscitando a possibilidade de certo ressentimento do narrador em relação à presença dos portugueses no Brasil.

O narrador onisciente não se preocupa com julgamentos, nem para o bem tampouco para o mal, no desenvolvimento da sua narrativa. Também não se empenha em apresentar soluções para os conflitos. Conforme Moisés (1989, p. 45), a narrativa "detém-se na análise dos

dramas coletivos, centrados na exploração do homem pelo homem, mas não aventura uma fórmula de resolvê-los, como pedia o decálogo naturalista, de base positiva e científica", ou seja, seu propósito é, por meio da observação, apresentar a descrição precisa, objetiva e determinista daquele conglomerado de operários brancos, negros, mulatos, italianos e portugueses e das relações geradas entre os explorados, os habitantes do cortiço, e os exploradores, representados pelas figuras do ambicioso português João Romão e do arrogante e nobre comendador Miranda.

O propósito do narrador configura-se na apresentação daquele *habitat* com os dogmas do determinismo étnico, social e econômico, revelando literariamente as condições sociais de grupos proscritos da sociedade no período imperial. Pode-se dizer que o tema continua atual, especialmente em relação à cor da pele negra, que, em pleno século XXI, ainda denota o tratamento negativo muitas vezes dado a esses indivíduos. *O cortiço*, publicado em 1890, já revela ficcionalmente os temas relacionados ao determinismo racial, social e econômico ainda presentes nos dias de hoje.

Mérian (2013, p. 508) esclarece que, na obra *O cortiço*, "os personagens existem dentro de um contexto que não é pretexto, mas um dado essencial e indispensável, delimitados no espaço e no tempo com rigor". Dessa maneira, infere-se que o escritor, baseado em suas posições antimonárquicas e abolicionistas, como se verifica em suas caricaturas satíricas e polêmicas publicadas na época, imprime em sua obra a representação de temas importantes na conjuntura nacional, como a escravidão, por meio de Bertoleza, o tráfico de escravos, utilizando o personagem Botelho, a ascensão da burguesia, recorrendo à exploração dos demais convivas, o oportunismo nas figuras de João Romão e Miranda, bem como a questão dos imigrantes, em sua maioria, reprimidos da mesma maneira que o escravo e o pobre.

Hoje, pode-se depreender que alguns desses pressupostos são exagerados, como se percebe na caracterização que a força da natureza tropical exerce sobre o meio que influencia as ações de corpos e mentes presentes no cortiço. Pode-se observar a posição do narrador quando, no enfrentamento entre os "carapicus", moradores do cortiço de João Romão, e os "cabeças-de-gato", habitantes de um cortiço vizinho, culpa o sol, que é considerado o "único causador de tudo aquilo" (AZEVEDO, 2014, p. 304). A força e o determinismo do meio regem as ações dos sujeitos e, em alguns casos, derrotam-nos.

Excessos à parte, o foco principal da narrativa é desvelar ficcionalmente a sociedade fluminense que atua nas últimas décadas do século XIX. A obra literária *O cortiço* representa as relações entre o branco, o negro, o europeu, o pobre e a elite, com toda a carga que cada um sustenta. Cria uma pintura naturalista do Distrito Federal composta por suas mazelas.

Sandra Pesavento (1995, p. 122) alega que “a literatura comparecia para trazer à cena atores que eram deserdados do sistema, como Aluísio Azevedo com suas obras *O Cortiço*, *O Mulato* e *Casa de Pensão*”. Candido e Castello (2001, p. 325) afirmam que “nesse romancista [Aluísio Azevedo] avulta, pela primeira vez nas literaturas de língua portuguesa, o impressionante poder de dar vida e corpo a agrupamentos humanos”. Sob a lupa do cientificismo determinista, o narrador evidencia, por meio da ilustração, o indivíduo e seu destino atrelado às teses relacionadas à hereditariedade e ao meio natural (a natureza tropical), que influenciam a razão e a vontade. Não há o livre-arbítrio.

Conforme Coutinho (2001, p. 183-184), “do senso romântico da importância do tempo, do passado e das origens, transitou-se naturalmente para a noção do crescimento e desenvolvimento de evolução e progresso”. Por meio do iluminismo, evolucionismo, positivismo, liberalismo entre outros, “o cientificismo comunicou feitio ao Naturalismo” (COUTINHO, 2001, p. 135) e à literatura nacional.

Já no que tange ao conceito de região, um dos focos desta pesquisa, torna-se necessário, como visto no capítulo anterior, pensar nele não como um “espaço natural, com fronteiras naturais”, mas “antes de tudo um espaço construído por decisão” (POZENATO, 2003, p. 150). José Clemente Pozenato, pesquisador e romancista gaúcho, preocupou-se ao longo de sua formação com as questões acerca das categorias *região*, *regionalidades*, *regionalismos*, entre outras que dela derivam ou se aproximam semanticamente. O escritor afirma que, no caso da literatura brasileira, a confusão acerca dos conceitos de regionalidade e regionalismo é bem comum (POZENATO, 2003, p. 155).

De uma maneira geral, classifica-se a obra com ambiência rural como uma obra regionalista, como, por exemplo, *São Bernardo*, quando, na atualidade, uma das características de uma obra regionalista é o discurso laudatório à terra e aos seus indivíduos. Na visão de Arendt (2015, p. 124), o regionalismo deve considerar apenas aquelas obras “em que as particularidades culturais regionais sejam intencionalmente postas em evidência, exaltadas em relação a outras”. Todavia, não se observa tal exaltação na composição artística de Graciliano Ramos, ou seja, essa obra não pode ser mais rotulada de regionalista.

A partir dos anos mil novecentos e setenta, e com Pozenato, é que o conceito de regionalismo inicia seu percurso de desfazer a nódoa de literatura exótica ambientada no meio rural. Do mesmo modo, a noção de região acompanha essa revisão conceitual e é tratada com igual atenção. Salienta-se que essa categoria é basilar na presente pesquisa.

O conceito de região, oriundo da geografia, tem sofrido estigma acadêmico, por se opor ao conceito de nação e à ideia de globalização. A região é percebida como uma "rede de relações". Nas palavras do autor,

> a região não é pois, na sua origem, uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e da eficácia do poder de que se reveste o *auctor* da região. Enquanto esse poder é reconhecido, a região por ele regida existe. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço natural, com fronteiras naturais, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências (POZENATO, 2003, p. 150).

Ainda para Pozenato (2003, p. 152), "uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la". Uma região, assim, não deve ser entendida, como já dito, apenas como "uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista" (POZENATO, 2003, p. 152). Apesar de o autor se referir, em seu texto, principalmente a regiões como a da Serra ou da Campanha, observa-se que tal denominação pode ser atribuída também ao cortiço e ao sobrado, uma vez que eles ocupam um espaço geográfico delimitado, com uma rede de relações, na qual João Romão e Miranda atuam como *autores/atores* específicos, que geram e mantêm seus respectivos espaços simbólicos e identitários. Outro aspecto averiguado por Pozenato é um

> importante deslocamento do conceito de região, que vem sendo operado nas últimas décadas, quando a referência da região à nacionalidade começa a ser substituída, pelo menos em parte, pela referência à globalização das relações políticas, econômicas e culturais (POZENATO, 2009, p. 152).

Nesses termos, a região passa a ter uma outra acepção, a qual aponta para sua complexa e variada rede de relações, que, acredita-se, é o palco apropriado para representar o mundo e sua pluralidade social, histórica e cultural. Pozenato (2009, p. 15) argumenta que "a unidade cultural do país só será enriquecida com a soma destas diversidades regionais e locais". Na visão de Oliven (2009, p. 1), "com a mundialização, o local está se tornando cada vez mais importante. Ao contrário do que se pensa, a globalização não termina com o local, mas acaba recriando-o". O sugestivo título desta obra – *A parte e o todo* (2006) – trata "a diversidade cultural no Brasil-nação", ratificando que a parte continua formando o todo.

A definição da palavra *cortiço* parece conversar com essa ideia de rede de relações. O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa registra para a palavra "cortiço" as seguintes acepções: "casa onde as abelhas se criam e fabricam o mel e a cera", e "habitação coletiva das classes pobres" (FERREIRA, 1993, p. 141). O Dicionário Silveira Bueno também traz as duas acepções: "caixa em que as abelhas se criam e fabricam o mel e a cera", e "casa de cômodos onde moram muitas famílias" (BUENO, 2007, p. 202).

A figura utilizada para paralelizar o cortiço humano com organizações de insetos como abelhas é recorrente na própria obra; contudo, a representação não é de abelhas, mas de formigas. Isso fica claro no trecho a seguir: "Da porta da venda que dava para o cortiço iam e vinham como formigas, fazendo compras" (AZEVEDO, 2014, p. 79). A analogia utilizada pelo narrador anuncia o zoomorfismo presente na obra, o qual é usado para comparar personagens a animais quando eles se deixam guiar pelos instintos, ou seja, o determinismo genético e biológico condiciona os comportamentos humanos. Pode-se observar isso quando o narrador declara que "as corridas até a venda reproduziam-se, transformando-se num verminar constante de formigueiro assanhado" (AZEVEDO, 2014, p. 79).

Como formigas, as pessoas amontoam-se pelo cortiço, em um espaço delimitado física e socialmente, em uma rede de relações já indissolúvel e, sobretudo, inédita historicamente, no contexto pré e pós-abolicionista. De fato, a região não é apenas espacial ou política, mas também temporal:

> uma discussão interessante nessa direção é a de saber se o que faz a região é o espaço ou, ao invés dele, o tempo, a história [...]. Se a região se apresenta como um espaço, ela é um espaço definido por uma história diferente da do espaço vizinho e externo. Essa ênfase na história como fator constituinte da região remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da *paisagem.* Mas remete, principalmente, para uma visão sistêmica da regionalização como processo. Nesse processo pesa, sem dúvida, a constatação de identidades internas, mas pesa, igualmente, o deslocamento produzido pelas diferenças vindas do mundo externo (POZENATO, 2003, p. 4).

O cortiço e o sobrado são espaços temporalmente localizados, e as relações interpessoais que ali ocorrem são dependentes desses contextos; trata-se, justamente, de um processo histórico representado. Se o Rio de Janeiro de hoje se configura como uma região, essa região formou-se ao longo dos séculos, e será, certamente, formadora de novas configurações culturais no futuro. A construção coletiva e contínua do espaço pelos indivíduos ali presentes possibilita que esse espaço se constitua em uma região. Haesbaert (2010, p. 6) esclarece que tomar o espaço como dimensão primeira de análise da região

> não significa, nunca é demais enfatizar, que se trate de um espaço separado ou separável dos sujeitos que o constroem: a regionalização deve estar sempre articulada em uma análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a "primeira" (cada vez mais rara, como já reconhecida por Max), seja como a "segunda" natureza. Ou seja, o espaço sempre visto em seu sentido, totalmente impregnado nas dinâmicas de produção da sociedade (HAESBAERT, 2010, p. 6).

Quanto mais multiculturais os espaços socioculturais apresentam-se, maiores são as suas relações em rede, as suas especificidades culturais, as *regionalidades* que são ficcionalmente idealizadas pelo autor da obra literária. O cortiço apresenta suas particularidades materiais e simbólicas, como a economia, a gastronomia, a música, as tradições, entre outras. Por meio dos personagens que ali transitam, são representadas as particularidades do espaço sociocultural. Nesse sentido, o cortiço é constituído de regionalidades que compõem aquela região cultural.

O mosaico étnico-cultural apresentado no cortiço oferece uma gama de elementos singulares que caracterizam aquele espaço e a ação humana ali delineada. Pobres, ricos, negros, brancos, mulatos, portugueses, italianos, desempregados, explorados, entre outros, eram suscetíveis às repressões sociais. Interagem no mesmo ambiente físico e social, com suas casinhas, suas dificuldades e seus costumes. A narrativa dá à luz o cortiço, ele cresce, desenvolve-se e transforma-se no decorrer do romance, e, por fim, aristocratiza-se.

Os moradores são fregueses e inquilinos, e João Romão é dono da venda, dos casebres, da pedreira, enfim, de tudo, é patrão e proprietário na busca do seu título de visconde a qualquer custo. Como se nota, o cortiço reúne inúmeros personagens que podem ser considerados como "secundários", em relação ao verdadeiro protagonista do enredo, que é a coletividade marcada na narração.

João Romão, o fundador do cortiço, símbolo da exploração portuguesa no Brasil, aqui chegou aos treze anos, sem educação, sem nada. Mais tarde, aos vinte e cinco anos, ele recebeu um pequeno negócio, como pagamento pelos anos que ali havia trabalhado, do seu patrão, o qual "enriqueceu entre quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo" (AZEVEDO, 2014, p. 43). A partir desse momento, com afã de enriquecer, entrega-se de corpo e alma ao seu intento.

Observa-se que o narrador, já nas primeiras linhas do romance, caracteriza o tipo de local, nascedouro do cortiço, como imundo e sombrio, mas que serve para a conquista de seus objetivos de posse econômica e social, visto que o antigo dono ali havia enriquecido. Nota-se, também, que a descrição do ambiente físico já deixa a impressão da sordidez em que se desenvolvem as redes de relações dos personagens no cortiço, contrastando com a exuberante beleza tropical do Distrito Federal.

João Romão amasia-se com Bertoleza, uma negra trintona, forte, que tinha uma quitanda e que trabalhava de manhã à noite sem descanso, economizando a fim de pagar a sua alforria. O casal inicia a construção de casinhas de baixo custo para alugar. O personagem encontra em Bertoleza uma oportunidade para prosperar, e juntos,

> furtavam à pedreira do fundo, da mesma forma que subtraiam o material das casas em obra que havia por ali perto. Estes furtos eram feitos com todas as cautelas e sempre coroados do melhor sucesso, graças à circunstância de que nesse tempo a polícia não se mostrava muito por aquelas alturas. João Romão observava durante o dia quais as obras em que ficava material para o dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua, com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre de rumor (AZEVEDO, 2014, p. 48).

Astuto e ganancioso, dentro de pouco tempo, já era conselheiro, procurador, caixa e amante de Bertoleza. Esta, por sua vez, está feliz, pois "como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior a sua" (AZEVEDO, 2014, p. 45). Percebem-se aqui as notas do determinismo de cunho racial. O indivíduo branco, europeu, a raça pura está no topo da pirâmide como dominante e mais forte, por isso, a escolha de Bertoleza.

A representação dessa personagem mostra, ficcionalmente, o símbolo do negro que, diante da submissão escrava, fornece ao português sustento e ascensão, e, quando não serve mais aos interesses do seu "senhor", é descartado. Após servir João Romão de todas as formas, é devolvida ao seu dono, pois a alforria que pensa ter conquistado, na verdade, é mais uma das trapaças do avaro português. Em seus planos não havia mais lugar para ela, diante do casamento com Zulmira, a filha do comendador Miranda.

O trânsito entre o ambiente físico do cortiço e o espaço social representado pelo sobrado, almejado por João Romão, torna-se realidade. O título de visconde está encaminhado. Bertoleza, em um ato de desespero, suicida-se, pois somente dessa maneira ela se liberta do cativeiro, alcançando sua emancipação.

As questões raciais não são representadas de maneira explícita na narrativa. Elas são apresentadas quando o sujeito de cor branca consagra-se na escala social, como o taverneiro proprietário do cortiço ou Jerônimo, português, que, segundo Candido (2010, p. 116), não consegue "ser agente no processo de espoliar e acumular", e se rende ao meio.

Acrescenta-se, no trato racial, a questão relativa ao casamento inter-racial. A burguesia não permite tal matrimônio. Nas classes mais pobres, essa prática é aceita, como se observa no caso do policial mulato Alexandre, que, segundo Candido (2010, p. 108), era uma "inofensiva caricatura da lei", e sua esposa brasileira e branca Augusta. Ela pratica a liberdade de união

entre brancos e negros, como podemos verificar quando anuncia: “meu marido é pobre e de cor, mas sou feliz, porque casei por meu gosto!” (AZEVEDO, 2014, p. 139). O narrador, nas entrelinhas, faz menção aos casamentos arranjados.

Para Augusta, “isto de casamentos empurrados à força acabam sempre desgraçando tanto a mulher como o homem!” (AZEVEDO, 2014, p. 139). Na época, eram bem comuns esses acordos matrimoniais, como é o caso do dono do sobrado, vizinho ao cortiço, o comendador Miranda. Como um “bom” português que deseja ascender econômica e socialmente, casa-se com a filha do patrão, um influente senhor da sociedade fluminense, que lhe dá um dote, uma loja de tecidos por atacado, como “pagamento” pelo casamento. Em outras palavras, o pai da noiva compra um marido para sua filha.

Augusta argumenta que “mais vale um gosto que quatro vinténs” (AZEVEDO, 2014, p. 139), ao passo que, para Miranda, o importante são os vinténs, conforme descreve o narrador: “pensara fazer-se senhor do Brasil e fizera-se escravo de uma brasileira mal-educada e sem escrúpulos de virtude! [...] hipotecando-se a um diabo [Estela], que lhe trouxera oitenta contos de réis, mas incalculáveis milhões de desgostos e vergonhas!” (AZEVEDO, 2014, p. 64-65). Ele vive um casamento de treze anos infeliz e de aparências, no entanto, o mais importante para o comendador é a manutenção de sua posição social.

Em um artigo intitulado “Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX”, de Eni Samara, é abordada a instituição do casamento na cidade de São Paulo, que pode ser ajustada ao pensamento da sociedade do Rio de Janeiro e do Brasil no período. Segundo a autora,

> aconteciam uniões que integravam, através de alianças, os indivíduos pertencentes a outras camadas sociais e estrangeiros que buscavam a ascensão social. Sabemos que os comerciantes portugueses tinham acesso as famílias tradicionais através dos casamentos, o que proporcionava a sua rápida integração com a família da noiva e na esfera de influências políticas e econômicas com o sogro (SAMARA, 1987-1988, p. 93).

Percebe-se que o conterrâneo de João Romão, de uma forma diferente, também pode ser classificado como um português explorador. A sua meta é manter a qualquer custo o seu distinto *status* aristocrático de comendador, mais tarde barão. Circular nas “grandes rodas” da elite do Distrito Federal e passear pela rua do Ouvidor ou frequentar a confeitaria Pascoal, locais considerados elegantes pela elite fluminense do século XIX, com sua casaca, guarda-chuva e charuto, ostentando o seu título de nobreza, são a receita da sua felicidade. A esposa adúltera e a dúvida quanto a Zulmira ser ou não sua filha são um detalhe que não o impede de “honrar” o acordo econômico que atende aos seus ideais.

As relações sociais, históricas e econômicas, no final de século XIX, propiciam o "acordo matrimonial econômico", que faz parte da cultura praticada naquele meio. No entanto, quando se voltam os olhos para o cortiço, nota-se que o mesmo não ocorre, porque se trata de um "contrato" que envolve dinheiro, realizado entre brancos e que se propõe a tornar as relações conjugais um objeto de compra e venda.

Augusta representa a mulher branca, brasileira, pobre e casada com um indivíduo "de cor" e "urbano", codinome popular utilizado para se referir a um policial, e habitante do cortiço, que não concebe e nem aceita esse tipo de negociação. Para ela, que pode ser considerada porta-voz das mulheres que convivem naquele espaço sociocultural, o casamento é uma escolha subjetiva, em que o livre-arbítrio é indispensável e soberano. No caso, o dinheiro não tem o poder de valorar as relações matrimoniais.

Desse modo, percebe-se que o narrador fundamenta seu enredo com base nas relações econômicas para criar uma atmosfera para o tratamento de assuntos importantes em voga no Império, como se afirma no decorrer desta dissertação. O caso dos casamentos arranjados *versus* casamentos por livre escolha reforça esse elemento. Simbolicamente, a economia representa um pacto, uma convenção de direitos e deveres a que os personagens de alguma maneira se submetem. O negro com os seus deveres, o branco com seus direitos, e a natureza mediando essas forças. As mulheres representadas no cortiço, caracterizadas como indivíduos sem dinheiro, não permitem que o direito de escolha marital seja cerceado.

As relações de João Romão com Bertoleza são as mesmas presentes nos demais moradores do cortiço. Como já dito, o vendeiro lusitano exercia com mão de ferro seu papel de explorador. Assim, Bertoleza representa, no discurso ficcional, como já mencionado, a vida dos escravos trazidos para o Brasil, os quais, explorados e execrados, proporcionam a riqueza de seus feitores espraiados pelo país.

É evidente que, graças ao esforço e empenho de Bertoleza, João Romão enriqueceu. Contudo, a negra trintona passa a ser um obstáculo para os planos do vendeiro, pois ele planeja casar-se com Zulmira, a filha de seu compatriota e vizinho Miranda. Agora Bertoleza "é um trambolho que lhe pode escangalhar a igrejinha!" (AZEVEDO, 2014, p. 356). Nota-se, aqui, mais uma vez, o determinismo racial, ou seja, a crença na superioridade da raça branca e a inferioridade do negro. Os pressupostos poligenistas condenavam a "mistura" por acarretar a degeneração social, e João Romão opta por não se "degenerar".

Diversos tipos sociais, integrantes do cortiço, são apresentados pelo narrador, como os trabalhadores da pedreira, que preferem morar nos casebres para, assim, ficarem mais perto do ofício, e as lavadeiras, que moram no cortiço, porém não pagam as tinas para lavar as roupas.

Contudo, para as que ali não residem, as vasilhas são alugadas. Observa-se que, para João Romão, qualquer atividade realizada em seu cortiço representava fonte de angariar recursos financeiros. O operário imigrante português, o italiano, o agente da lei, o jornaleiro, o funcionário público, o pedreiro, o ambulante, todos moram, compram na venda e se alimentam e bebem na taverna do local. Tudo se mobiliza em torno do comércio criado e gerido pelo dono da Estalagem São Romão, para seu enriquecimento.

Nota-se que o cortiço de João Romão distingue-se do sobrado de Miranda, pelos elementos que o compõem e que são, especialmente, de acordo com a oposição entre pobres e ricos, explorados e exploradores. Para Candido (1974), o cortiço representa a naturalização, o animalesco, ao passo que o sobrado é a alta cultura, a riqueza. Essa dicotomia funciona como um espaço de fronteira entre duas regiões culturais opostas, que, como é típico do realismo-naturalismo, são habitadas por personagens-tipo[24] que servem para comprovar teses cientificistas.

Candido (1974) ainda alega que a narrativa de Aluísio Azevedo serve para alegorizar as relações de capital que ocorriam no Brasil do século XIX, de forma que a etnia e a raça são subjugadas por papéis econômicos. Isso fica claro quando se vê que

> neste romance, o branco é por excelência, não o que tem cor branca, mas o que pertence ou vai pertencer à classe dominante. Sobretudo o Português. E ainda: que o Negro não é o de cor preta, mas todos os que pertencem às camadas sociais cujos membros são, no limite, tratados como escravos, isto é, aqueles sobre os quais recai o trabalho produtivo. É a massa brasileira do cortiço, feita de brancos, negros, mulatos, caboclos, cafuzos. Os Portugueses que, em vez de tenderem à classe dominante, tendem à classe dominada, se equiparam essencialmente ao Negro, como Jerônimo. Portanto, Negro = Trabalhador. A classificação étnica inicial se refaz, é redefinida segundo critérios sociais e econômicos (CANDIDO, 1974, p. 7).

Isso ocorre em completa consonância com a teoria do Darwinismo social, que permitia à intelectualidade da época compreender que o negro, por ser inferior e animalesco, tenderia ao insucesso social. Por isso, o português que se equiparasse ao negro no comportamento e no meio também tenderia ao fracasso, porquanto estaria negando sua essência étnico-racial superior e, de maneira determinista, inferiorizar-se-ia.

As duas regiões culturais conflitantes, o cortiço e o sobrado, são usadas em favor dessa marcação, dessa oposição. Segundo Candido (1974, p. 5):

> Quem é o português? Os ricos, seus descendentes e aliados; o candidato a rico; alguns trabalhadores pobres. Quem é brasileiro? Alguns ricos, mas vinculados aos

[24] Personagens que representam estereótipos sociais.

> portugueses, como Estela (mulher), Zulmira (filha) e Henrique (hóspede e talvez o único brasileiro propriamente dito, pois, pelas origens, Estela pode ser filha de comerciante português); a maioria absoluta dos pobres. O lugar dos ricos é o Sobrado; dos pobres, o Cortiço (João Romão transita de um para outro como elemento dinâmico de passagem).

Tomando, pois, o cortiço como uma região cultural, e o sobrado como outra, fica claro que a distinção entre ambas é muito mais de ordem social, do que racial ou histórica. Cada um desses grupos sociais representa um Botafogo, um Rio de Janeiro, um Brasil em formação. No cortiço, o proprietário almeja a riqueza e, para isso, subjuga seus inquilinos, empregados e afins – o "povo" –, representando o desejo intenso do lusitano em enriquecer a qualquer custo. No sobrado, a conquista da prosperidade representa a participação na elite por meio de títulos de nobreza e, para isso, o português Miranda vincula-se a um casamento de aparência**.**

Observa-se que, nas duas regiões culturais, os seus integrantes habitam ambientes socioculturais antagônicos, porém, a meta de ambos os gestores é a mesma, ou seja, alçar voo em direção à aristocracia fluminense. A afirmação de Mérian (2013, p. 508) de que as representações dos personagens na obra estão em um "contexto que não é pretexto" evidencia, na narrativa, os temas presentes na história brasileira daquele período, sendo utilizados como pano de fundo da obra ficcional ora em análise.

Sobre essa imagem da região criada por Azevedo, bem como sobre o embate entre cortiço e sobrado, Candido ilumina:

> Tomadas comparativamente, a categoria decisiva é o cortiço, tanto assim que o Sobrado não é motivo de criação linguística especial, enquanto ele é um verdadeiro fulcro de descrições, epítetos, metáforas, etc. É porque é o "Brasil brasileiro", funcionando como microcosmo do país, enquanto o Sobrado é a dimensão que tende a des-brasileirar, na medida em que assimila traços cosmopolitas, incaracterísticos até certo ponto, sobrepondo-se à placenta originária do Cortiço, de cuja dinâmica se desprende como outra capa (1974, p. 9-10).

O sobrado representa o colonizador, o português, a cidade grande da metrópole que deixava de ser relevante no novo contexto. O cortiço é o novo núcleo citadino, ainda incipiente, que se dispunha a representar de maneira microcósmica todo o país. Como visto, no entanto, por mais múltiplo e plural que fosse a configuração cultural do cortiço, ele não é uma nação, mas uma região, reduzida e limitada, repleta de especificidades culturais – ou seja, regionalidades.

Sobre isso, Arendt (2012), no artigo "Do outro lado do muro", ao refletir sobre o conceito de região em um espaço multicultural como a cidade de Berlim, capital da Alemanha, aponta para a região Sul do Brasil, em que tem havido, ao longo de séculos, forte miscigenação

cultural entre indígenas, ibéricos, alemães e italianos. Tecendo considerações a respeito de culinária e comportamento social, o autor chega à ideia de criação de novas especificidades culturais de acordo com o espaço que se cria e se renova em meio à expansão de fronteiras físicas e sociais. Essa ideia de especificidades culturais parece crucial, uma vez que são elas que compõem as regionalidades.

Por isso, regiões não são unas e estanques: "a configuração de regiões culturais baseada em noções de unidade e homogeneidade precisa, portanto, ser relativizada" (ARENDT, 2012, p. 96). Na mesma senda, o geógrafo Rogério Haesbaert (2010, p. 8) atribui ao conceito de regionalidade "a propriedade ou qualidade de 'ser' regional".

Isso permite enxergar tanto um cortiço – ou a sua variação linguística como morro, favela e, nos dias de hoje, comunidade –, bem como o sobrado como uma rede de relações díspares e conflitantes exclusiva de seus espaços delimitados temporalmente, em plena e constante construção, ou seja, tratam-se de regiões culturais. Ainda para Arendt (2012, p. 96):

> regiões culturais não existem por capricho do acaso. Elas são produto (e propulsoras) do trabalho humano de delimitar e significar espaços sociais. Regiões surgem da inte(g)ração, harmoniosa ou não, entre indivíduos e grupos, que constroem "modelos identitários" capazes de "identificar um determinado contexto local com 'seus' cidadãos e 'sua' cultura [...].

As regiões são formadas tanto pelos valores históricos e sociais compartilhados, quanto por aqueles disputados; as diásporas, os conflitos, os problemas também são constitutivos de regiões. Em um espaço em que a miscigenação, sob um viés determinista, faz os homens comportarem-se como formigas, parece que a ficção, de modo metafórico, enfatiza essas redes de relações e suas consequências, ainda que de maneira tendenciosa. Houve, assim, por meio dessas representações, o objetivo de comprovar a tese do determinismo social, racial e histórico.

Comentou-se, anteriormente, sobre o português Jerônimo em relação a sua derrota em função do meio, segundo as propostas deterministas divulgadas nas últimas décadas do século XIX. Agora, apresenta-se esse personagem, para conhecê-lo um pouco mais. Tem "uns trinta e cinco anos, alto, espadaúdo. Pescoço de touro e cara de Hercules" (AZEVEDO, 2014, p. 91). Ele chega ao Brasil e logo se destaca por sua seriedade e destreza no trabalho:

> […] acordava todos os dias às quatro horas da manhã, fazia antes dos outros a sua lavagem à bica do pátio, socava-se depois com uma boa palangana de caldo de unto, acompanhada de um pão de quatro; e, em mangas de camisa de riscado, a cabeça ao vento, os grossos pés sem meias metidos em um formidável par de chinelos de couro cru, seguia para a pedreira. A sua picareta era para os companheiros o toque de reunir. Aquela ferramenta movida por um pulso de Hércules valia bem os clarins de um regimento tocando alvorada (AZEVEDO, 2014, p. 111).

Jerônimo “era homem de uma honestidade a toda a prova e de uma primitiva simplicidade no seu modo de viver” (AZEVEDO, 2014, p. 109). Sua esposa, Piedade, é admirada pelas outras lavadeiras: “sadia, honesta, forte, bem acomodada com tudo e com todos, trabalhando de sol a sol. [...] seus fregueses de roupa, apesar daquela mudança para o Botafogo, não a deixam. Por sua bondade e capricho com o marido e a filha é respeitada por todos” (AZEVEDO, 2014, p. 109). O fato que gerou a mudança dessa família para o cortiço deveu-se ao antigo patrão ter morrido e “com uma reforma estúpida em todo o serviço da pedreira, o colono desgostou-se dela” (AZEVEDO, 2014, p. 109). Alguém lhe indicou a pedreira de João Romão, pois soubera que o dono do cortiço procurava um novo empregado. Jerônimo torna-se o novo inquilino e funcionário do ambicioso português. Com o tempo, “era consultado e ouvido, quando qualquer questão difícil os preocupava” (AZEVEDO, 2014, p. 110). Era um sujeito sério, admirado e estimado por todos.

Depois de algum tempo, conhece Rita Baiana, a mais formosa mulata do cortiço, bonita, alegre, com “seu farto cabelo crespo e luzente, puxado sobre a nuca, havia um ramalhete de manjericão e um pedaço de baunilha espetado por um gancho” (AZEVEDO, 2014, p. 116). De vez em quando, sumia por meses; porém, quando retornava, era recebida por homens, mulheres e crianças com grande alegria (AZEVEDO, 2014, p. 117). Jerônimo, ao encontrar a mulata, fica desconcertado, pois ela

> tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante (AZEVEDO, 2014, p. 86).

A paixão pela mulata parece enfeitiçar o português, até então conhecido por ser um sujeito íntegro e honesto. A representação do determinismo do meio que abate o lusitano inicia-se. Ele está encantado com Rita Baiana:

> naquela mulata estava o grande mistério, síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio dia; era o calor vermelho das setas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que não se torce a nenhuma outra planta; era o veneno e o açúcar [...] assanhando-lhe os desejos, acordando as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias [...] (AZEVEDO, 2014, p. 143).

A descrição longa e pormenorizada, repleta de metáforas, revela como a “beleza tropical brasileira”, representada por Rita Baiana, hipnotiza Jerônimo. De acordo com Coutinho (2001,

p. 197), “criou-se a convicção de um laço determinista entre a terra e a conduta humana, entre ela e o próprio destino humano, que foi uma formulação brasileira da abordagem realista-naturalista ao problema das relações entre o homem e o ambiente”. O determinismo do meio condiciona o sujeito, como se percebe em relação ao lusitano Jerônimo. O branco europeu, tido como partícipe da superioridade racial, não resiste à força da natureza presente no tórrido ambiente e rende-se a ela.

Para ficar com Rita Baiana, Jerônimo acaba por matar Firmo, então namorado da mulata. O narrador descreve a briga dos dois homens, porém, como em outras passagens, não mostra uma preocupação exagerada com o clássico triângulo amoroso, como, por exemplo, em romances produzidos no Romantismo, como *Iracema* e *O guarani*, de José de Alencar. Com isso, ambos fogem, o que torna Jerônimo um adúltero e assassino. Piedade, sua esposa abandonada, recorre ao álcool, prostitui-se e sucumbe às circunstâncias do meio. Sua revolta não era contra o marido, mas “contra aquela amaldiçoada luz alucinadora, contra aquele sol libertino e devasso, que fazia ferver o sangue aos homens e metia-lhes no corpo luxúrias de bode” (AZEVEDO, 2014, p. 292-293). Novamente, o sol e o meio determinam o comportamento dos indivíduos.

Ademais, Chiappini (2013, p. 26) argumenta que “a regionalidade seria resultante da determinação como região ou província, de um espaço, ao mesmo tempo vivido e subjetivo”. Esse espaço está em constante transformação, é heterogêneo e possui “continuidade e elos de ligação” (ARENDT, 2012, p. 86), que conectam ou não os sujeitos de uma região. Tem-se como exemplo Jerônimo que se vincula à comida brasileira representada pela culinária baiana preparada por Rita.

Conforme Arendt (2012, p. 85), “a gastronomia tem papel fundamental na constituição de uma região cultural, imprimindo certa especificidade que a distingue dentro de um contexto cultural mais amplo”. Assim, Jerônimo “estava completamente mudado. Rita apagara-lhe a última réstia das recordações da pátria; secou, ao calor dos seus lábios grossos e vermelhos” (AZEVEDO, 2014, p. 323). Seus hábitos alimentares portugueses aos poucos foram deixados para trás.

Em *O cortiço,* Jerônimo toma gosto pela comida brasileira preparada por Rita. A bebida local também era apreciada pelo português. A aguardente de cana substituiu o vinho verde, tipicamente português. Ele passou a tomar café forte com cachaça, sendo que antes não tomava café; a broa foi substituída pela farinha de mandioca; a carne-seca, alimento muito utilizado no Nordeste, e o feijão substituíram o bacalhau com batatas cozidas e cebolas. Sua comida era temperada com o “fogoso azeite-de-dendê cor de brasa” (AZEVEDO, 2014, p. 323), como o

vatapá, a moqueca e o caruru. A couve à mineira substituiu a couve portuguesa. O pão de rala foi substituído pelo pirão de fubá. A açorda e o caldo verde, comidas típicas portuguesas, nem na memória foram conservadas. O lusitano agora é mais brasileiro que português, tal a sua adaptação aos trópicos.

Os costumes de uma região cultural podem se configurar como especificidades, regionalidades. Jerônimo ganhou de presente uma rede e nela ficava pitando o seu cachimbo. Antes de conhecer Rita Baiana, o português não fumava, porém, aos poucos, o cheiro do fumo foi lhe chamando a atenção. Nota-se que seus hábitos estavam cada vez mais abrasileirados.

A música também pode ser considerada uma regionalidade. Seu instrumento musical era a guitarra, mas agora é o violão baiano que usa para tocar o choro e o pagode. Seu ouvido tornou-se mais atento e já compreendia as canções quando a viola tocava os amores infelizes. O fado que lembra a terra natal já faz parte do passado. Hoje a sua vida mudou, e o meio contribuiu para tal. Ou seja,

> o português abrasileirou-se para sempre; fez-se preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento; fora-se-lhe de vez o espírito da economia e da ordem; perdeu a esperança de enriquecer, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, só ela, e mais ninguém (AZEVEDO, 2014, p. 323).

Jerônimo, português que veio para o Brasil com a esposa e uma filha, tentou, como todos os patrícios, melhorar sua situação social, porém, entregou-se aos hábitos e costumes do país, deixando-se envolver por Rita Baiana. Dessa forma, observa-se que a figura do negro leva o português bem-sucedido para o insucesso, comprovando a tese determinista, conforme explicado por Candido (1974).

Esses hábitos que acabaram por "corromper" Jerônimo – dentre eles, a gastronomia e a música, por exemplo – podem ser considerados regionalidades. Isso fica explícito quando costumes brasileiros são contrapostos aos portugueses. Assim, de acordo com Arendt (2012, p. 87),

> o acervo cultural de uma região se constitui historicamente, condensando, sobrepondo e reorganizando elementos novos e antigos. Daí ser possível localizar em uma única região, às vezes de modo escuso, símbolos de diferentes regiões que aí se condensaram.

Essa ideia fica explícita em passagens que abordam a questão abolicionista, em que são representados traços culturais de origens diversas, convivendo em harmonia ou desarmonia. Adicionalmente, por se tratar de uma obra de cunho naturalista, algumas considerações sobre

perfis étnico-raciais e manifestações culturais e históricas são visíveis na obra de Azevedo, como quando

> vinha à discussão o movimento abolicionista que principiava a formar-se em torno da lei Rio Branco. Então o Botelho ficava possesso e vomitava frases terríveis, para a direita e para a esquerda, como quem dispara tiros sem fazer alvo, e vociferava imprecações, aproveitando aquela válvula para desafogar o velho ódio acumulado dentro dele.
> — Bandidos! berrava apopléctico. Cáfila de salteadores!
> E o seu rancor irradiava-lhe dos olhos em setas envenenadas, procurando cravar-se em todas as brancuras e em todas as claridades. A virtude, a beleza, o talento, a mocidade, a forca, a saúde, e principalmente a fortuna, eis o que ele não perdoava a ninguém, amaldiçoando todo aquele que conseguia o que ele não obtivera; que gozava o que ele não desfrutara; que sabia o que ele não aprendera. E, para individualizar o objeto do seu ódio, voltava-se contra o Brasil, essa terra que, na sua opinião, só tinha uma serventia: enriquecer os portugueses, e que, no entanto, o deixara, a ele, na penúria (AZEVEDO, 2014, p. 32).

Botelho representa o português que faz fortuna com o comércio de escravos. Historicamente, sabe-se que é uma prática recorrente no período da escravidão, não só no Brasil como em outros países onde havia isso. O mercador de escravos é representado pela etnia portuguesa, caracterizando os lusitanos, pelo menos aqueles que não sucumbem ao determinismo do meio tropical, como os algozes do país colonizado. Assim, são representadas na obra disputas e discordâncias típicas da época de produção e publicação.

As dispersões de povos por motivos políticos ou religiosos também são características constitutivas de regiões, as quais frequentemente são palco importante de discordâncias para a renovação e a evolução das particularidades regionais. Para Arendt (2012, p. 86),

> uma região cultural não se configura apenas pela conservação de tradições ancestrais ou o cultivo de valores étnicos, históricos, religiosos, linguísticos, nativos... Ela pode ser, ao contrário, aberta à diversidade e à renovação de valores, sem que isso a descaracterize.

É possível que essas representações queiram provar a impossibilidade da coexistência de raças tão díspares, em conformidade com as teorias poligenistas oriundas do darwinismo social. Contudo, a coexistência de grupos socioculturais, no cortiço, realiza-se. Inexiste o desejo de sair daquele ambiente, ou melhor, não existe ambição, por parte dos personagens, para tentar mudar suas vidas. Alguns abandonam o trabalho, outros se prostituem ou se viciam no álcool, são despejados e expulsos do local e voltam como pedintes, vivendo da comida oferecida pelos poucos antigos vizinhos que ainda estão ali. Parece que o ambiente os contamina. Infere-se, daí, que o meio contribui para esse “desânimo geral”, afinal o sol, em função das altas temperaturas, quase sempre é o principal transgressor.

João Romão reforma o cortiço, ergue um sobrado mais alto que o do vizinho, cobra mais caro pelo aluguel, empurrando os mais pobres para outros cortiços mais baratos, onde reiniciam suas vidas. Ele casa-se com Zulmira, a filha de seu antagonista. Agora, o cortiço passa a se chamar “Avenida João Romão”, aristocratizando-se. Os novos inquilinos são alfaiates, relojoeiros, um pintor de tetos inspirado, cigarreiros, despachantes de estrada de ferro, entre outros, com boas condições financeiras. Miranda, agora sogro de João Romão, torna-se barão. Jerônimo vive feliz com Rita Baiana. Os determinismos continuam reinando, e as regiões culturais continuam criando as suas redes de relações repletas de novas regionalidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco de análise a obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Sabe-se que o autor, nascido no Maranhão, sempre teve aptidões artísticas que foram cerceadas ao longo de sua vida, mas pôde encontrar subsistência por meio da literatura, pelo menos desde quando se mudou para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, até o ponto de sua vida em que se tornou diplomata. Tendo sido, portanto, um dos primeiros escritores a sobreviverem de sua arte no Brasil, Azevedo também foi pioneiro da escola literária do Naturalismo no país, com largas influências advindas da Europa. Azevedo imprimiu em seu projeto artístico muito das concepções cientificistas em voga quando de sua atuação, na segunda metade dos anos oitocentistas do século XIX.

O romance analisado, lançado em 1890, foi produzido durante uma época de efervescência social, em que se discutiam, no Brasil, a abolição da escravatura (de 1888), e as análises científicas sobre os perfis étnico-raciais. Por isso, esta análise iniciou, no capítulo 2, com uma contextualização histórica da época. Os anos 1800 viram um crescente aumento na alforria dos negros africanos, trazidos ao longo dos duzentos anos anteriores para as terras brasileiras como escravos-mercadoria. Começava-se a perceber que negros e brancos não tinham tantas diferenças além da cor e da cultura, mas diversos setores da sociedade valeram-se de teorias científicas para defender visões mais ortodoxas. O século XIX foi a época da maturação da Sociologia como ciência, por meio do movimento de Auguste Comte, que fundou a escola (posteriormente, igreja) positivista. Essa visão buscava imprimir à sociedade os mesmos traços de evolução e regularidade típicas do pensamento científico das áreas de estudo da natureza. Pelo mesmo motivo, certos teóricos passaram a utilizar as ideias evolucionistas de Darwin para defender seus pontos sociais, e teorias denominadas Darwinismo Social e Determinismo Racial afloraram.

Em linhas gerais, essas teorias provinham de Darwin, por meio da ideia de que o ser humano evoluiu de outros animais paulatinamente, e se opunham às visões criacionistas. Contudo, uma vertente específica do determinismo racial, denominada poligenista, discordava de Darwin (e da Igreja) em um ponto crucial: para ela, as origens de seres humanos de cores e raças diferentes eram dissociadas. Por isso, as aptidões de negros e brancos eram diferentes – brancos eram mais propensos à intelectualidade e à civilidade, ao passo que negros eram animalescos e pouco inteligentes. Essa visão teve nos teóricos brasileiros Silvio Romero e Nina Rodrigues fortes vozes de consonância. Os autores, ao analisarem obras literárias e padrões sociais, foram pioneiros em considerar a mestiçagem como importante para o desenvolvimento

do Brasil. Romero, por exemplo, enxergava que as raízes negras e a cultura africana foram de crucial relevância para o Brasil tornar-se o que havia se tornado, contudo, defendia que, para que a nação crescesse de maneira intelectual e econômica, seria necessário, aos poucos, abandonar o fenótipo negro nas cruzas, para que os mulatos passassem por um *branqueamento*.

Essas ideias foram perigosas ao longo dos séculos posteriores, e torna-se relevante revisitá-las hoje. Além disso, elas funcionaram como base para toda a produção literária do Naturalismo brasileiro, período do qual Aluísio Azevedo foi protagonista. Hoje é possível afirmar que essas ideias eram racistas e xenofóbicas, mas, à época e para o cânone da literatura brasileira, houve um efeito colateral positivo: as obras do Naturalismo foram as primeiras a retratarem muitos perfis identitários importantes para a brasilidade.

Os cortiços, concentrações urbanas de baixa renda típicos da segunda metade do século XIX, foram se tornando cada vez mais comuns conforme os escravos iam sendo alforriados no Brasil. Além disso, eles foram a gênese da urbanidade carioca a partir da Lei Áurea. Por mais necessária que fosse a abolição da desumana escravidão, no momento em que os escravos não podiam mais viver nas fazendas, eles precisaram habitar locais longe da alta urbanização. No Rio de Janeiro, esses locais foram, primeiramente, os cortiços, até o momento em que eles foram demolidos por decisões governamentais, e negros, mestiços e brancos pobres foram forçados a subir os morros inabitados – o que originou as favelas, paisagens tão atuais das grandes concentrações urbanas do Brasil contemporâneo.

Em um tempo reduzido, entre a discussão abolicionista e os anos seguintes à Lei Áurea, os cortiços representaram uma forma de ser brasileiro (ou carioca) muito particular. Eram espaços sociais tomados pela miscigenação, onde conviviam portugueses, africanos e brasileiros, bem como todo tipo de *mistura* racial e cultural – algo que era mal visto pelos cientificistas e naturalistas. Esses agrupamentos urbanos são a gênese de modernas cidades e regiões brasileiras.

Em vista disso, o capítulo 3 deste trabalho buscou analisar as premissas do movimento naturalista, e traçou uma análise do comportamento de personagens d'*O cortiço*. O foco foi dado aos portugueses João Romão e Jerônimo, além das mulheres Bertoleza e Rita Baiana, que representam mestiços e negros. Ficou claro que os destinos de cada um desses personagens-tipo foram propositadamente dados por Azevedo, para que teorias cientificistas fossem comprovadas; mas, como dito, a própria representatividade desses grupos sociais era inédita à época, o que garante a importância e a validade dessa obra literária.

No capítulo 4, este trabalho debruçou-se sobre recentes discussões teóricas a respeito de região e regionalidade, encabeçadas por Pozenato e Arendt. O espaço do cortiço de Aluísio

Azevedo, embora assumidamente tenha buscado representar todo o Brasil, claramente tinha características específicas de nações, etnias e momentos históricos particulares – as chamadas regionalidades. Partiu-se do pressuposto de que regiões são redes de relações que ocorrem em tempos e espaços delimitados (por um líder, por uma lei, por um estudioso...), e que essas relações constituem-se como regionalidades, propriedades da região, especificidades culturais, sociais e temporais daqueles espaços. Além disso, constatou-se a influência exercida pelo determinismo nas atitudes de alguns personagens. Nesse momento, fez-se preciso, sempre que necessário, retomar teorias e discussões anteriormente apresentadas, a fim de situar o leitor nas análises propostas, uma vez que se buscou trabalhar com a obra a partir do diálogo entre teorias inicialmente díspares, como determinismo e regionalidade.

Por isso, este trabalho concluiu com a ideia de que os eventos de *O cortiço* se localizam em um espaço ficcional fechado, gerido, limitado e com características próprias, e que, apesar da tentativa de larga representatividade por meio de personagens-tipo, vivendo na capital, características tão típicas do Naturalismo, esse espaço configura-se como uma região cultural particular, com suas especificidades basilares para a formação de novos perfis identitários *a posteriori* – como os bairros e as favelas cariocas.

Dessa forma, no tocante ao problema de pesquisa anteriormente apresentado, conclui-se que na obra naturalista *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, evidenciam-se aspectos voltados ao determinismo racial, em momentos em que a raça branca é colocada de forma superior à negra; ao determinismo do meio, em função, principalmente, do clima tropical brasileiro; e ao determinismo histórico, em razão do contexto político-social, da escravatura, da chegada de imigrantes e da miscigenação. No que tange às regionalidades, destacam-se a gastronomia, a música, o sistema econômico e as tradições, itens colocados em contraste, principalmente, com a cultura portuguesa.

Trata-se, portanto, de uma obra esmerada, cuja revisitação se justifica, à medida que o enredo representou grupos sociais nunca antes representados, e que esses grupos locais deram origem, nos séculos que se seguiram, às configurações regionais e citadinas com as quais convivemos hoje. O cortiço de Azevedo era localizado no bairro do Botafogo, e cristaliza uma identidade carioca do Botafogo que, desde então, foi renovada e reinventada por diversas ações sociais e políticas. Essas regionalidades cristalizadas na obra são fonte histórica e ficcional preciosa de estudos, e nos ajudam a entender de onde vieram os perfis regionais com os quais lidamos hoje, das favelas, dos grandes prédios, das corrupções, dos preconceitos, e de tantos outros traços culturais nossos que, certamente, em duzentos anos também serão focos de estudo para perplexos cientistas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubin Santos Leão de. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais:** da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005. 2 v.

ARENDT, João Claudio. Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais. **RUA** [online]. Unicamp, n. 18, v. 2, 2012.

ARENDT, João Claudio. Notas sobre regionalismo e literatura regional: perspectivas conceituais. **Todas as letras**. São Paulo, v. 17, n.2, p. 110/126, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/7121>. Acesso em: 15 jan. 2018.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BERUMEN, Humberto Félix. **La frontera en el centro. Ensayos de literatura**. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma, 2003.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 2 v.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50 ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CANDIDO, Antonio. A passagem do dois ao três: contribuição para o estudo das mediações na análise literária. **Revista História.** Ano XXV, Vol. L, T. II, Unioeste. 1974.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 12. ed. São Paulo: Fapesp; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010a.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010b.

CANDIDO, Antonio. Sílvio Romero: crítico e historiador da literatura. In: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. **Sílvio Romero 1851/1914:** bibliografia e estudos críticos. Salvador: 1999.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira**: história e antologia. 10. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

CARONE, Edgar. **A República Velha I**: instituições e classes sociais. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 2 v.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 2 v.

CHIAPINI, Ligia. Regionalismo(s) e regionalidade(s): trajetória de uma pesquisadora brasileira no diálogo com pesquisadores europeus e convite a novas aventuras. In: ARENDT, João Claudio; NEUMANN, Gerson Roberto (Orgs.). **Regionalismus – regionalismos**: subsídios para um novo debate. Caxias do Sul: Educs, 2013.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. Trad. por Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

COSTA, Emília Viotti. **Da monaquia à República**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: brasiliense, 1994.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil.** vol. 3. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S.A., 1969.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura Brasileira no Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIMAS, Antônio. **Aluísio Azevedo**: literatura comentada: Abril, São Paulo: Abril, 1980.

FATIGATTI, Claúdio. O ponto de vista do narrador a serviço de uma tese. In: DIMAS, Antônio. **Aluísio Azevedo**: literatura comentada. São Paulo: Abril, 1980.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: USP, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. atual. e ampli. São Paulo: USP, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria literária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Editora Movimento; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Instituto Superior Brasileiro Italiano de Estudos e Pesquisas, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, v. e-book, 2003.

HAESBERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares** (Letras e Humanidades), n. 3, jan/jul, 2010, Caxias do Sul, p. 2-24.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil.** 3. ed. São Paulo: brasiliense, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco et. al. **História Geral da Civilização Brasileira**. Dir. Sérgio Buarque de Holanda. Tomo II, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JOACHIMSTHALER, Jürgen. A literarização da região e a regionalização da literatura. **Antares**. N. 2. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewFile/400/330>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira:** volume 4: 1877-1896. 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo**: vida e obra (1857-1913). Tradução de Claudia Poncioni. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

MESQUITA, André Campos. **Darwin e a evolução do darwinismo**. Coleção Pensamento & vida. São Paulo: Escala, 2011.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1989.

MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo**: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1963.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da maçonaria:** história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil Nação. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 2 v.

PAULA, Richard Negreiro de. Semente de favela: jornalista e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República - o Cabeça de Porco. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, I, n. III, ano II. Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira>. Acesso em: 02 set. 2015.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Prosa de ficção (1870 a 1920)**. História da literatura brasileira. São Paulo: USP, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação Entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas No Brasil (Séculos XIX e XX). **ANOS 90**, PORTO ALEGRE, n.4, p. 115-127, 1995.

POZENATO, José Clemente. **O regional e o universal na literatura gaúcha**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

POZENATO, José Clemente. **Processos Culturais:** reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural a probreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça como questão**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas**: e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador: Progresso, 1957.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. s. d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ROMERO, Sílvio. **O naturalismo em litteratura**. São Paulo: Typographia da Província de São Paulo, 1882.

SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História**, 1988, São Paulo, v. 8, n. 15, 1987/1988, p. 96.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia das letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. 2 ed. São Paulo: Cia das letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Trad. Por Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira.** 10 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Graphia, 1969.

TAUNAY, Visconde de. Império e República. In: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. 2 ed. São Paulo: Cia das letras, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Cia das letras, 1991.

VERISSIMO, José. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Que República é essa?** História Viva. Pinheiros, n. 121, p. 28-29, nov. 2013.

ZOLA, Emile. **O Romance experimental**. Disponível em: <www.usp.br/cje/anexos/Oromance_Experimental_Zola.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Biodata de Aluísio Azevedo. Retirado de: MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo*: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1963.

1857 – 14 de abril: Nasce em São Luís do Maranhão Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, filho de Davi Gonçalves de Azevedo e Emília Amália Pinto de Magalhães.

1871 – Depois de trabalhar no comércio, como caixeiro, matricula-se no Liceu Maranhense e estuda pintura com Domingos Tribuzzi, artista italiano radicado em São Luís.

1876 – Com o propósito de estudar desenho e pintura na Academia Imperial de Belas-Artes, segue para o Rio de Janeiro, onde já se encontra seu irmão Artur, dois anos mais velho que ele. Nesse ano, faz sua estreia como caricaturista, em *O Fígaro.*

1878 – Regressa a São Luís, por ter falecido seu pai.

1879 – Publica em São Luís, na Tipografia Frias, *Uma Lágrima de Mulher*.

1880 – Aparece em São Luís a folha anticlerical *O Pensador*, de que Aluísio é um dos redatores.

1881 – Publica em São Luís, na Tipografia de *O País*, *O Mulato*. Nesse mesmo ano, em plena controvérsia suscitada por seu romance, embarca para o Rio de Janeiro.

1882 – Publica, em folhetins em *A Gazetinha*, as *Memórias de um Condenado*, cujo título, ao sair em livro, é mudado para *A Condessa Vésper*. Nesse mesmo ano, na *Fôlha Nova*, inicia, também em folhetins, *Mistério da Tijuca*.

1883 – Publica, em folhetins na *Fôlha Nova*, *Casa de Pensão*.

1884 – Publica *Filomena Borges*.

1885 – Publica, em folhetins no *O País*, *O Coruja*.

1887 – Publica *O Homem*.

1890 – Publica *O Cortiço*.

1891 – Publica, em folhetins na *Gazeta de Notícias*, *A Mortalha de Alzira*.

1893 – Publica *Demônios*.

1895 – Publica *Livro de uma Sogra*. Nesse mesmo ano, depois de prestar concurso para cônsul na Secretaria do Exterior, é nomeado vice-cônsul em Vigo, na Espanha.

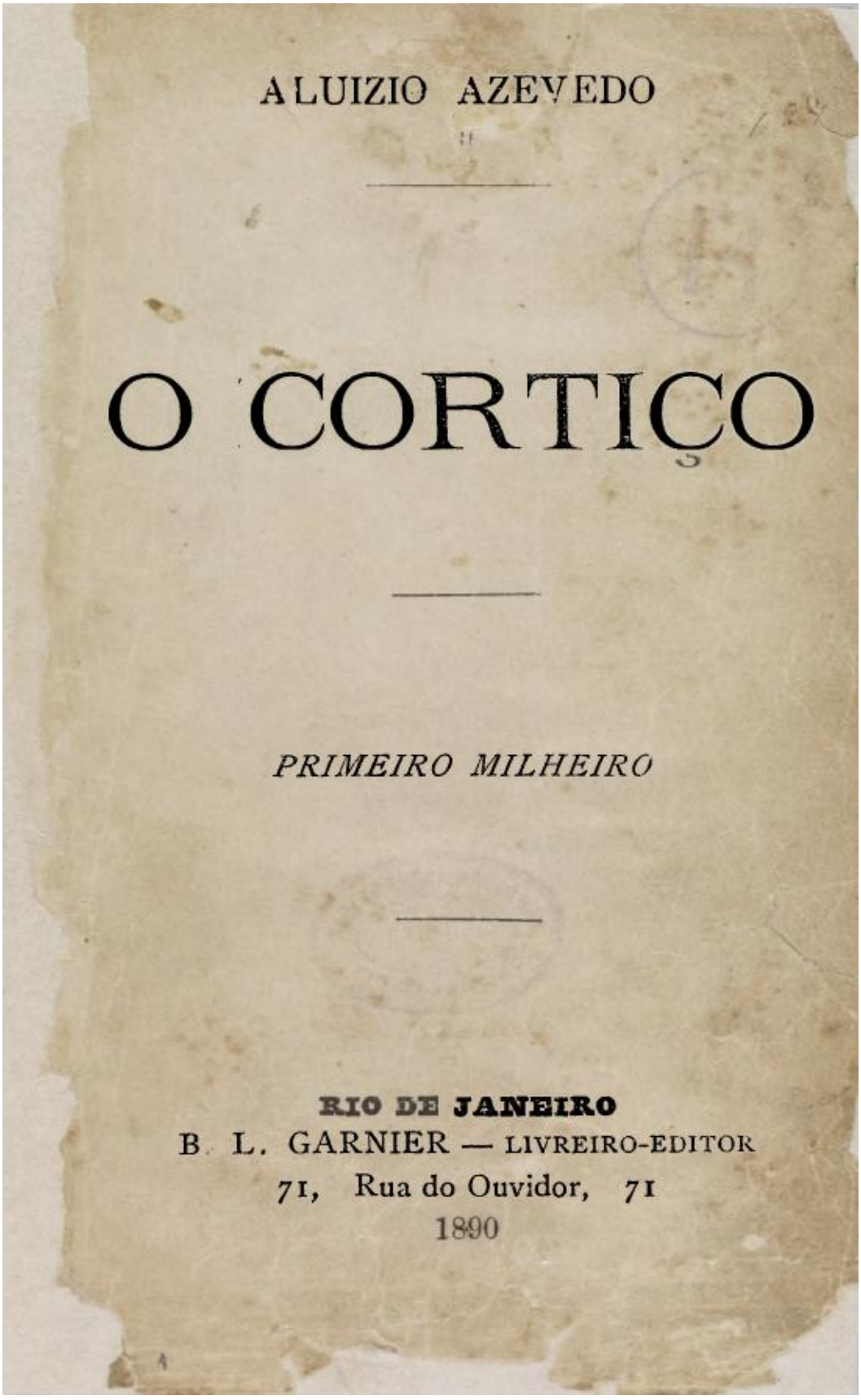
1897 – Publica, aproveitando contos de *Demônios*, o volume *Pegadas*. É transferido para Iokohama, no Japão.

1899 – É nomeado cônsul de La Plata.

1903 – Promovido a cônsul de segunda classe, é transferido para Cardiff, na Inglaterra.

1910 – Promovido a cônsul de primeira classe em Assunção, no Paraguai.

1911 – Adido-comercial do Brasil na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai.

1913 – 21 de janeiro: Falece em Buenos Aires.

ANEXO B – Capa da primeira edição d'*O cortiço*, em 1890.